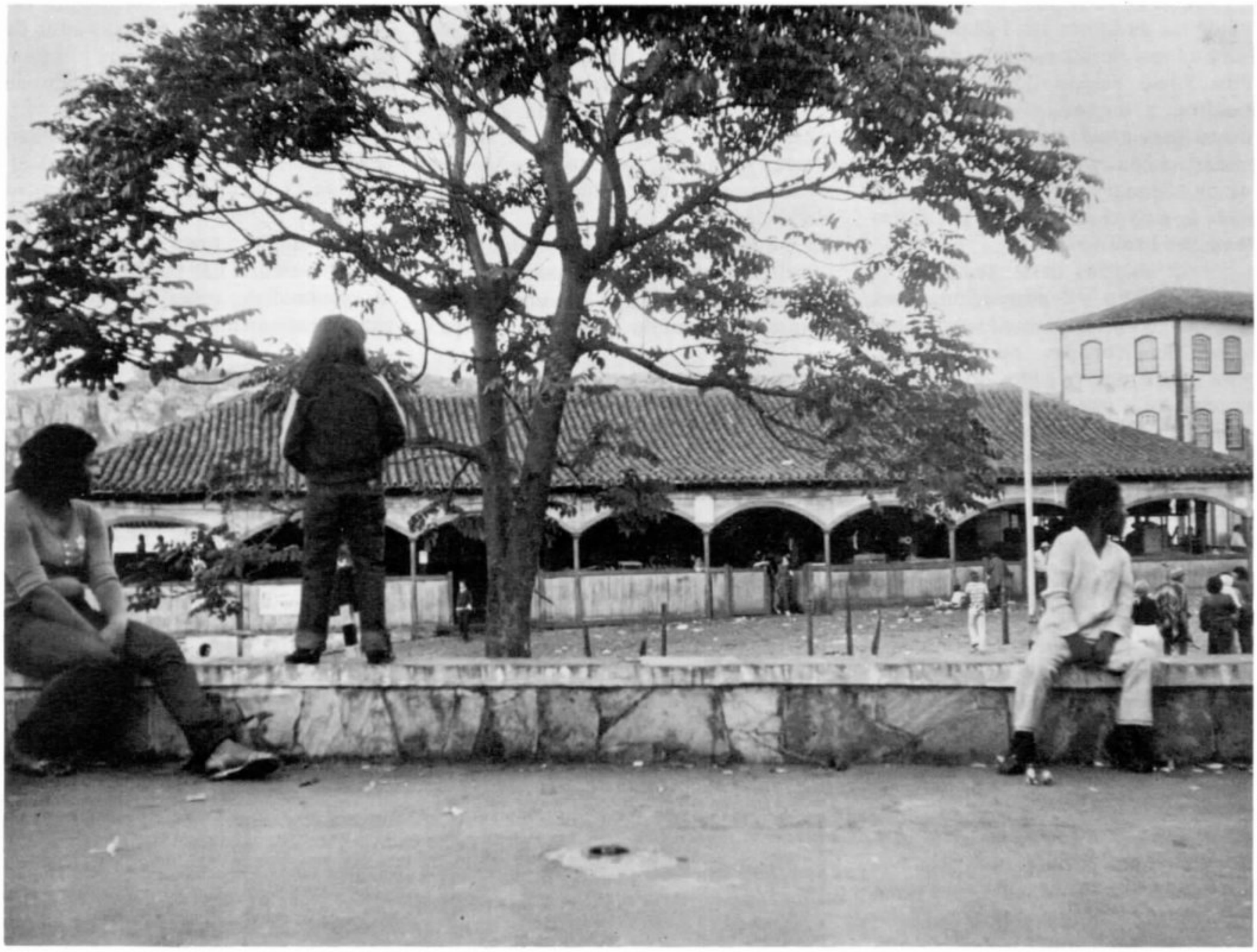
Julho/Agosto 1981

Editado pela Fundação Nacional Pró-Memória
Subsecretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Secretaria da Cultura
Ministério da Educação e Cultura
Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K - CxP. 04-0150
70.710 - Brasília - DF

SPHAN 13
*pró*Memória

DIAMANTINA



Maria de Lourdes Castro

Mercado Municipal, marco referencial de Diamantina

Com a finalidade de proceder a um amplo processo de reflexão sobre as ações desenvolvidas no Município pelos órgãos encarregados da preservação e valorização do patrimônio cultural e natural de Diamantina e sobre a adoção de critérios que visem à ampliação e dinamização dessas ações, foi realizado naquela cidade mineira, dias 29 e 30 de julho passado, no quadro de promoções do XIV Festival de Inverno, o Seminário sobre Patrimônio Cultural de Diamantina: Sua Preservação e Valorização, uma promoção conjunta da SPHAN/Pró-Memória, Governo do Estado de Minas Gerais e da Prefeitura Municipal de Diamantina.

Como fase preparatória ao Seminário, instalaram-se, dia 6 de julho, três grupos de trabalho, constituídos por pessoas representativas dos mais diversos segmentos da comunidade, os quais desenvolveram os temas "Patrimônio Cultural e Ambiental", "Patrimônio Físico – Infraestrutura Urbana e Planejamento Urbano" e "Legislação", a partir de dois anteprojetos elaborados pela Fundação João Pinheiro para o Município de Diamantina. Esses relatórios foram apresentados pelos grupos e debatidos nas sessões do Seminário, daí resultando um documento final do encontro, contendo as recomendações para a preservação e valorização do patrimônio diamantinense.

O Seminário sobre Patrimônio Cultural de Diamantina: Sua Preservação e Valorização – denominado, por decisão de sua própria assembléia, "Seminário Professor Aires da Mata Machado Filho", conhecido escritor diamantinense e padrinho do encontro – foi aberto na manhã do dia 29 de julho, no auditório da Faculdade de Odontologia de Diamantina, pelo Prefeito Sílvio Felício dos Santos, que ressaltou a importância do acontecimento para a cidade, que, no seu entender, encontra-se no difícil problema de adequar o desenvolvimento urbano às suas características peculiares de núcleo histórico.

"O objetivo deste Seminário – disse o Prefeito – é proporcionar uma reflexão com a comunidade sobre ações desenvolvidas no Município pelos órgãos encarregados do patrimônio cultural e natural de Diamantina e definir critérios que visem à complementação e dinamização dessas ações. O tema desenvolvimento é por demais importante, sabendo-se que envolve o problema máximo desta cidade. Afinal, o problema de sua sobrevivência, no futuro, como cidade histórica e artística".

Sílvio Felício dos Santos defendeu a posição de que o desenvolvimento sócio-econômico da população é fator essencial para a preservação dos bens culturais da coletividade, afirmando: "o principal é o homem, (. . .), a sua função social, o dinamismo de sua vida no fator do progresso. Por mais conservadores que sejamos, jamais podemos evitar o mecanismo do desenvolvimento urbano, não só portador de novas estruturas técnicas, como de modificações necessárias às melhores condições de vida da população".

"Mas, de qualquer forma, – prosseguiu –, nesse avanço para o futuro, importante é não supervalorizar essas técnicas atualizadas, a fim de que não se desrespeite as características próprias da cidade: progredir, mas, na sua essência, ser sempre a mesma (. . .); sua expansão não deve ser diferenciada, a ponto de agredir o conjunto urbanístico que se pretende preservar".

"Cabe-nos, assim, assumir a responsabilidade e cumprir a relevante missão de transmitir às gerações futuras o verdadeiro legado que recebemos de gerações passadas".

O Secretário da Cultura do MEC e presidente da Fundação Nacional Pró-Memória, Aloísio Magalhães, falou em seguida, destacando o sentimento da alegria, que, segundo ele, é "o sinal mais positivo e de maior vitalidade" das comunidades. "(. . .) nós tendemos a perder o gosto pela festa, nós esquecemos, com muita freqüência, que a alegria é o coroamento de extraordinário número de componentes (. . .)".

"O mais impressionante, ainda, é verificar (. . .) como o mundo, os entraves do mundo, todas as pressões que se exerce sobre o homem nas suas coletividades (. . .), se dirigem no sentido de impedir, abafar, de não tornar possível a expressão dominadora desse sentimento global que as comunidades expressam quando se sentem felizes. Temos que procurar conservar, curtir, alimentar o sentido da alegria".

Finalizando, Aloísio Magalhães afirmou que "o resultado positivo do trabalho feito com alegria é a melhor resposta que podemos dar à coletividade de Diamantina".

Após o pronunciamento do Secretário, discursou o Coordenador de Cultura de Minas Gerais, Wilson Chaves, encerrando a solenidade de abertura do Seminário. Chaves afirmou que a ação cultural do Estado deve visar ao desenvolvimento sócio-econômico da população, "compreendendo-se, assim, a ação cultural, no sentido amplo, como atividade necessária à melhoria das condições de vida da comunidade, visando à sua integração e ajustamento social e não como



Maria de Lourdes Castro

mero complemento de educação ou de aprimoramento intelectual". O Coordenador de Cultura completou informando que é nesse sentido que o Governo mineiro tem procurado atuar em termos de política cultural, salvaguardando "as manifestações que, regionalmente, caracterizam e identificam, como peculiar, a comunidade no quadro nacional."

DOCUMENTO

Antes da leitura e debate dos relatórios elaborados pelos grupos de trabalho, técnicos das instituições que lidam com o patrimônio diamantinense revezaram-se na apresentação de um painel sobre as ações desenvolvidas por esses órgãos no Município de Diamantina, no sentido da preservação e valorização do seu acervo cultural. As exposições tomaram toda a manhã do dia 29.

À tarde, a atenção dos participantes – em sua grande maioria, pessoas residentes em Diamantina – voltou-se para a leitura do relatório do grupo I contendo considerações e propostas acerca do patrimônio cultural e ambiental do Município. Em seguida, o documento foi posto em discussão para a assembléia, que, após intensos debates, deu por esgotado o assunto com as alterações e acréscimos por ela aprovados. O mesmo procedimento foi executado com relações aos relatórios dos grupos II e III, apresentados e discutidos no dia 30.

De posse de todas as sugestões aprovadas pelo plenário, uma comissão composta pelos relatores dos grupos setoriais reuniu-as todas em um único documento, sob a forma de considerações, propostas e recomendações aos órgãos federais, estaduais e municipais responsáveis pela preservação e revitalização do patrimônio cultural e natural de Diamantina.

O documento final do Seminário reflete um amplo quadro das aspirações da comunidade diamantinense em termos do que acha essencial para a dinamização das ações desenvolvidas no sentido da preservação e valorização do significativo acervo cultural de Diamantina. As propostas contidas nesse documento servirão de base à atuação dos organismos diretamente envolvidos com a revitalização da memória da região, considerada o pólo cultural do Vale do Jequitinhonha pela sua situação geográfica, sua história e tradição: em Diamantina desenvolveu-se parte da história econômica, social e cultural do Brasil-Colônia. A distância do mercado do Rio de Janeiro aliada a um quase total isolamento fez com que a cultura e os costumes europeus ali se preservassem por muito mais tempo que em outras cidades do país.

Evolução histórica e urbana de Diamantina

Localizada na Serra do Espinhaço, bacia hidrográfica do Jequitinhonha, a uma altitude de 1262 metros, Diamantina é uma das mais altas cidades do país. A cidade possui 25 mil habitantes, e o Município, 40 mil. Os Distritos principais são: Extração (Curralinho), Guinda, Sopa, São João da Chapada, Pinheiro, Mendanha, Senador Mourão e Conselheiro Mata, todos núcleos de mineração de ouro, diamante e cristal de quartzo.

A economia é baseada ainda no diamante. Outras atividades importantes são a coleta e comercialização de flores secas, especialmente a "sempre viva", o comércio varejista, algumas lapidações e a produção de uma fábrica de tecidos. A agricultura e a pecuária nos arredores de Diamantina são insignificantes.

A formação dos primeiros núcleos populacionais na região que hoje corresponde ao Município de Diamantina data do século XVIII. Grupos de aventureiros, partindo do Serro Frio em direção ao Norte, em busca de riquezas minerais, formaram diversos núcleos de povoamento ao longo do rio Jequitinhonha. Um dos grupos, liderado pelo baiano Jerônimo Gouveia fixou-se nas encostas da Serra da Lapa e lá ergueu o arraial, com suas casas baixas e sua população flutuante. Não havia uma ordem político-administrativa e as bases sociais encontravam-se em formação.

A descoberta do diamante, em 1714, se encarregaria de definir os rumos da evolução política e social do arraial. Mesmo após ser reconhecido como pedra preciosa, o diamante foi durante muito tempo explorado e comercializado sem controle e fiscalização da Coroa Portuguesa. Somente em 1729, quinze anos após a descoberta da pedra, foi promulgado o primeiro documento diamantino, razão pela qual esta data é considerada como a da descoberta dos diamantes do Tijuco.



Arquivo SPHAN

Casa da Chica da Silva

Para melhor exercer o controle sobre os diamantes, a Coroa Portuguesa instituiu no ano de 1734 a "Intendência dos Diamantes", organismo encarregado de organizar a mineração diamantina e estabelecer um regime político-administrativo próprio para a área. O "Distrito Diamantino", como ficou conhecido, era controlado por um intendente com poderes judiciais, fiscais e administrativos absolutos.

O Arraial do Tijuco viveu, nessa época, o período de maior apogeu e de maior produtividade e dinamização da atividade mineradora, resultando, assim, em maiores investimentos no processo mineratório e na construção das principais igrejas e maioria do casario público e residencial mais imponentes, como a Casa da Chica da Silva.

Transformado em centro político-administrativo do Distrito Diamantino, o Arraial do Tijuco teve seu crescimento contido e limitado pelo isolamento que lhe foi imposto pela política repressiva da Coroa, preocupada com a defesa do monopólio do diamante. Em decorrência disto, formou-se ali uma sociedade mais aristocrática e estratificada do que nos demais povoados mineiros, o que viria refletir-se não só no alto nível cultural da população, como também na própria elegância e leveza de suas construções, de soluções próprias e altamente inventivas, e na graça particular do seu traçado urbano.

Em 1771 foi criada uma junta administrativa incumbida dos serviços e lavras diamantinas, com poderes absolutos e que tinha como instrumento legal o "Livro da Capa Verde", acentuando-se ainda mais a arbitrariedade e opressão política sobre a região. Mas por essa época já eram baixos os índices de produção do diamante. As lavras se esgotavam enquanto o sistema de monopólio real e o excesso de controle e restrição à ação dos mineradores impediam a dinamização dos serviços e processos mineratórios. Paralelamente a esta decadência, ocorreu a primeira tentativa de diversificação da economia da cidade: a exploração agrícola. No entanto, a pequena agricultura, prejudicada pela aridez do solo e a falta de meios de comunicação, não permitiu o crescimento econômico da região.

Por resolução da Assembléia, de 13 de outubro de 1831, o Arraial do Tijuco foi elevado à categoria de vila, recebendo o nome de Vila Diamantina, e, em 6 de março de 1838, à categoria de cidade. Diamantina tornou-se sede do 2º Bispado de Minas Gerais em 1853, que em 1917 foi elevado a Arcebispado.

Diamantina desenvolveu-se como centro de prestação de serviços e do comércio regional do Alto Jequitinhonha. Além de ser o Município de maior desenvolvimento econômico e o núcleo urbano mais importante da região, sua localização era privilegiada dentro do sistema viário da época. Seu comércio se apresentava ativo, mesmo com a má qualidade das estradas, a pobreza e a falta de dinamismo da região. A chegada da estrada de ferro em 1924 e a conclusão da rodovia que liga Diamantina à capital mineira em 1969 foram, também, direcionadores da expansão urbana da cidade, que, devido a isto, vem enfrentando problemas característicos de núcleos históricos ante às questões da preservação e do desenvolvimento.



Apresentação dos "caboclinhos", no Festival de Inverno



Vista da praça do Mercado

Fotos: Ma. de Lourdes Castro

Julho/Agosto 1981

SPHAN 13
*pró*Memória

MATO GROSSO

A exemplo do que ocorreu em outras regiões do país, a descoberta do ouro desencadeou o processo de ocupação do território do atual Estado de Mato Grosso. Na esteira da exploração do metal surgiram cidades que, ainda hoje, guardam um acervo extremamente significativo de arquitetura, que marca os diversos estágios da evolução desses núcleos urbanos, tanto do ponto de vista cultural, como social e econômico. Este patrimônio físico corre o risco de desaparecer, diante de uma renovação urbana acelerada e, na maioria das vezes, desordenada, que desrespeita o espaço primitivo construído pelo homem — é o "progresso" que vai desfigurando a fisionomia original de cidades, como Cuiabá, a capital do Estado, que reúne poucos, mas significativos, exemplares de edificações dos séculos XVIII e XIX.

A SPHAN/Pró-Memória, juntamente com a Prefeitura Municipal de Cuiabá, desenvolve, no momento, ações para garantir a proteção e preservação do patrimônio cuiabano, como primeiro passo no sentido de intensificar a sua atuação em outras cidades matogrossenses, ricas, como a capital, em bens culturais, que estão a merecer especial atenção.

Convênio vai agilizar tombamentos no Centro Histórico de Cuiabá

A SPHAN/Pró-Memória e a Prefeitura Municipal de Cuiabá (MT) deverão firmar, até o final do ano, convênio visando ao cadastramento arquitetônico do Centro Histórico da capital matogrossense, onde estão reunidos conjuntos significativos de edificações dos séculos XVIII e XIX, que identificam histórica e culturalmente esta cidade fundada durante o período do Ciclo do Ouro, mais precisamente a 8 de abril de 1719. A assinatura do convênio depende apenas da definição do projeto por parte da Prefeitura, através da Divisão do Patrimônio Histórico, órgão da Secretaria de Educação do Município que se encarregará de executar o levantamento do acervo construído, sob a supervisão da SPHAN/Pró-Memória.

O cadastramento — cuja execução já se encontra devidamente enquadrada no Programa de Conservação e Restauração de Bens Culturais (1981/82) do PCH — Programa de Cidades Históricas da SPHAN/Pró-Memória, com recursos definidos — servirá de instrumento a futuras ações de tombamento de conjuntos de imóveis e/ou logradouros de real importância para a preservação e revitalização da memória cuiabana.

No entender dos técnicos da SPHAN/Pró-Memória, estas ações adquirem caráter de urgência diante da progressiva dilapidação que o patrimônio físico de Cuiabá vem sofrendo, pelo crescimento urbano desordenado, que, via de regra, não tem respeitado o acervo construído. A situação agrava-se na medida em que a grande maioria dos imóveis, de propriedade privada, está comprometida em suas características arquitetônicas originais, devido às reformas promovidas ao longo dos anos.



Briane Bica

Vista parcial de um trecho do Centro Histórico.

A Prefeitura Municipal tem procurado adequar a aprovação de novos projetos no Centro Histórico à sua ambiência, como forma de brecar o processo de desagregação da área. Recentemente, a Prefeitura, com o apoio federal, embargou a construção de um edifício de 4 andares próximo à Igreja do Rosário, tombada pelo antigo IPHAN. A obra "feria" o entorno da igreja; o proprietário foi obrigado a reformular o projeto, adequando-o às características do local.

No entanto, esta postura da Prefeitura tem contribuído apenas para amenizar a crescente desfiguração do patrimônio arquitetônico cuiabano. O próprio prefeito e arquiteto Gustavo Arruda reconhece isto. No seu entender, é necessária uma ação efetiva de proteção ao que a cidade tem de valor histórico, artístico e cultural, aí incluindo não somente o acervo construído, como também todas as manifestações autênticas que caracterizam Cuiabá e a diferenciam de outras cidades.

"Se os cuidados com o nosso patrimônio fossem tomados há uns 15

anos atrás, não teríamos chegado ao atual estágio de desagregação", diz o prefeito, acrescentando: "na verdade, os valores culturais cuiabanos foram se diluindo ao longo dos anos, de tal forma que, hoje em dia, é muito difícil se falar em memória cuiabana para as novas gerações". Para Gustavo Arruda, isto se explica pelo "boom" de desenvolvimento que atingiu a cidade e região de uns 10 anos para cá: "Cuiabá vivia um isolamento de mais de 200 anos, quando, de repente, foi 'descoberta'. O cuiabano, de certa forma, foi pego de surpresa pelo progresso, embarcando nele meio a reboque. O seu modo de vida, de ser, de apego às coisas simples, foi sendo gradativamente substituído por costumes alienígenas. Novos hábitos foram absorvidos, ocupando o lugar de genuínos valores da terra. Em conseqüência de tal postura, o cuiabano passou a ver no prédio antigo e no que ele representava não algo de importante para a história de sua cidade, mas um entrave ao crescimento, à renovação de Cuiabá. Assim, a comunidade era a primeira a apoiar a demolição de monumentos para a construção de prédios modernos, de preferência de muitos andares".

Dizendo-se favorável à renovação urbana de Cuiabá, Gustavo Arruda faz questão de frisar que, como arquiteto, não aprova a destruição do acervo construído da cidade. Segundo ele, é necessário adequar, harmonizar "o velho com o novo e vice-versa". Ele entende que "o patrimônio não pode ser entrave ao desenvolvimento urbano".

Por isso, mostra-se cauteloso quando se fala no assunto tombamento. Para o administrador Gustavo Arruda, esta é uma questão que deve ser cuidadosamente estudada, "do contrário, corre-se o risco de, em não se permitindo uma renovação urbana, provocar o deterioramento da área tombada. Conta ele que os funcionários da Divisão do Patrimônio Histórico chegaram a lhe propor o tombamento de uma grande área localizada no Centro Histórico, antes de a Prefeitura definir o que seria de fato objeto de preservação.

"Fomos contrário à proposta, pois, no nosso entender, estaríamos agindo precipitadamente, já que, naquele momento, não tínhamos, como ainda não temos, um levantamento preciso do que é realmente necessário tombar para uma efetiva proteção. Caso executássemos a sugestão da Divisão do Patrimônio Histórico, correríamos o risco de cairmos no imobilismo". E explica: "com toda a área tombada, teríamos, em seguida, que proceder à análise de caso por caso, isto é, seria necessário definirmos se este ou aquele imóvel teria ou não valor histórico, artístico, cultural. Este procedimento, fatalmente, geraria uma expectativa negativa na população, pois, enquanto um proprietário seria beneficiado com, por exemplo, isenção de imposto, para manter seu imóvel em suas características originais, outro não, já que a sua residência, apesar de localizada na área tombada, não seria considerada de valor patrimonial".

A partir deste ponto de vista, conclui-se que a Prefeitura pretende, de posse do cadastramento arquitetônico do Centro Histórico, eleger monumentos isolados para proceder ao processo de tombamento. O prefeito confirma esta posição e a defende como o melhor caminho a seguir: após o estudo detalhado de toda a área central da cidade, a Prefeitura elegerá os imóveis a serem preservados. "Essa proteção – conclui o prefeito – seria garantida pelo tombamento dos entornos do monumento. Dessa forma, acabaríamos por criar vários núcleos de preservação no Centro Histórico".



Júlio De Lamonica Freire

Os sobrados desfigurados pelas reformas.

As cidades matogrossenses do Ciclo do Ouro comovem e excitam. Seus tesouros, nossos tesouros, desaparecem; seus espaços, aqueles espaços criados pelo diálogo franco e amigo do homem com a natureza, se transformam, como se o Adágio de Albinoni marcasse a inexorabilidade do que ocorre, como se as paredes de taipa-de-pilão das casas coloniais fossem sendo derretidas lentamente pela chuva que cai e leva a terra e o pedrisco. E a casa, o espaço, dando razão a Drummond, "morre. E morre" (transcrito do artigo "O espaço do ouro nas cidades matogrossenses do século XVIII: pontos de reflexão", de Júlio De Lamonica Freire – Revista da Universidade Federal de Mato Grosso – janeiro/abril de 81).





Fotos: Arquivo SPHAN

Antigos casarões localizados no Centro Histórico de Cuiabá vêm sendo progressivamente demolidos para ceder espaço a edifícios de linhas modernas (fotos ao lado). Ações deste tipo colocam em risco todo o acervo construído da capital matogrossense que representa o patrimônio da cidade.

Monumentos cuiabanos estão em processo de restauração

O patrimônio arquitetônico de Cuiabá não está localizado apenas no Centro Histórico. Espalhados pela cidade, encontram-se monumentos de real valor histórico-cultural, tais como a casa onde nasceram D. Francisco de Aquino Correa e Joaquim Murtinho, personagens ilustres nos cenários matogrossense e nacional; a Casa Cuiabana, datada do século XVIII; e o Seminário da Conceição, tombado pelo Patrimônio do Estado. Os 3 imóveis estão incluídos no Programa de Conservação e Restauração de Bens Culturais da SPHAN/Pró-Memória (1981/82).

A ser tombada pelo poder municipal, a Casa de D. Aquino, como é popularmente conhecida, já teve iniciadas as obras de restauração pela Divisão do Patrimônio Histórico da Prefeitura, que pretende adaptar o imóvel para abrigar o Museu Histórico de Cuiabá. Localizada às margens do rio Cuiabá, a casa foi construída no final do século XIX e funcionava como entreposto comercial. Através de um contrato comodato, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Mato Grosso cedeu o imóvel à Prefeitura. Antes da cessão, a casa sediava a Associação Atlética Banco do Brasil, que chegou a demolir parte do monumento para a instalação de um bar/restaurante.

Doada à SPHAN/Pró-Memória pelo Governo do Estado, a Casa Cuiabana, exemplar típico de moradia da cidade, construída no século XVIII, deverá passar por uma total restauração, pois o seu estado de conservação é sofrível. Para evitar um possível desabamento, a Prefeitura Municipal trata de executar algumas obras de emergência, enquanto espera que a justiça coloque em dia a documentação do imóvel para que a doação seja efetivada. Somente após isto, passará às obras de recuperação do monumento.

Primeiro estabelecimento de ensino secundário da Província de Mato Grosso, o Seminário da Conceição teve a sua construção iniciada em 1858 por iniciativa do bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis. De 1922 a 1956, foi residência episcopal. Em março do ano passado, a Fundação Cultural do Estado instalou no prédio o Museu de Arte Sacra. O imóvel teve sua estrutura abalada devido ao desabamento das paredes posteriores, ocorrido em junho de 1980. Agora o monumento deverá ser totalmente recuperado.

Forquilha e Conceição: patrimônio ambiental a ser tombado

Primeiro assentamento da Bandeira do fundador de Cuiabá, o sorocabano Pascoal Moreira Cabral, o Arraial da

Forquilha, no Distrito cuiabano do Coxipó do Ouro, constitui-se, hoje, num sítio arqueológico da maior importância para a reconstituição da história da região. As ruínas desse núcleo, onde os bandeirantes se fixaram inicialmente na tentativa de conquistar o território matogrossense, continuam intocadas. É intenção da Prefeitura Municipal de Cuiabá, que já desapropriou a área, executar um trabalho de proteção às ruínas, com o apoio da SPHAN/Pró-Memória, que já enquadrou o projeto em seu Programa de Conservação e Restauração de Bens Culturais (1981/82). Futuramente, o local será tombado pelo poder municipal, que pretende, ainda, criar uma ambiência que marque este que é um significativo patrimônio natural de Cuiabá.

O Arraial da Forquilha constitui uma incógnita na historiografia da ocupação de Mato Grosso. Esse arraial sobreviveu algum tempo ao êxodo provocado após o achado das pepitas de ouro pelos escravos do bandeirante Miguel Sutil, no local onde hoje se localiza a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, à margem do Córrego da Prainha. Posteriormente, o núcleo foi erigido a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, hoje cidade de Cuiabá.

Exemplares de galerias abertas no século XVIII, durante o auge da exploração aurífera em Cuiabá, as "Lavras da Conceição" também estão incluídas na programação da SPHAN/Pró-Memória para futura proteção e cadastramento arqueológico. A área está em fase de desapropriação, e a Prefeitura Municipal, a exemplo do Arraial da Forquilha, vai proceder ao seu tombamento.

Na beleza simples das igrejas, a marca da religiosidade

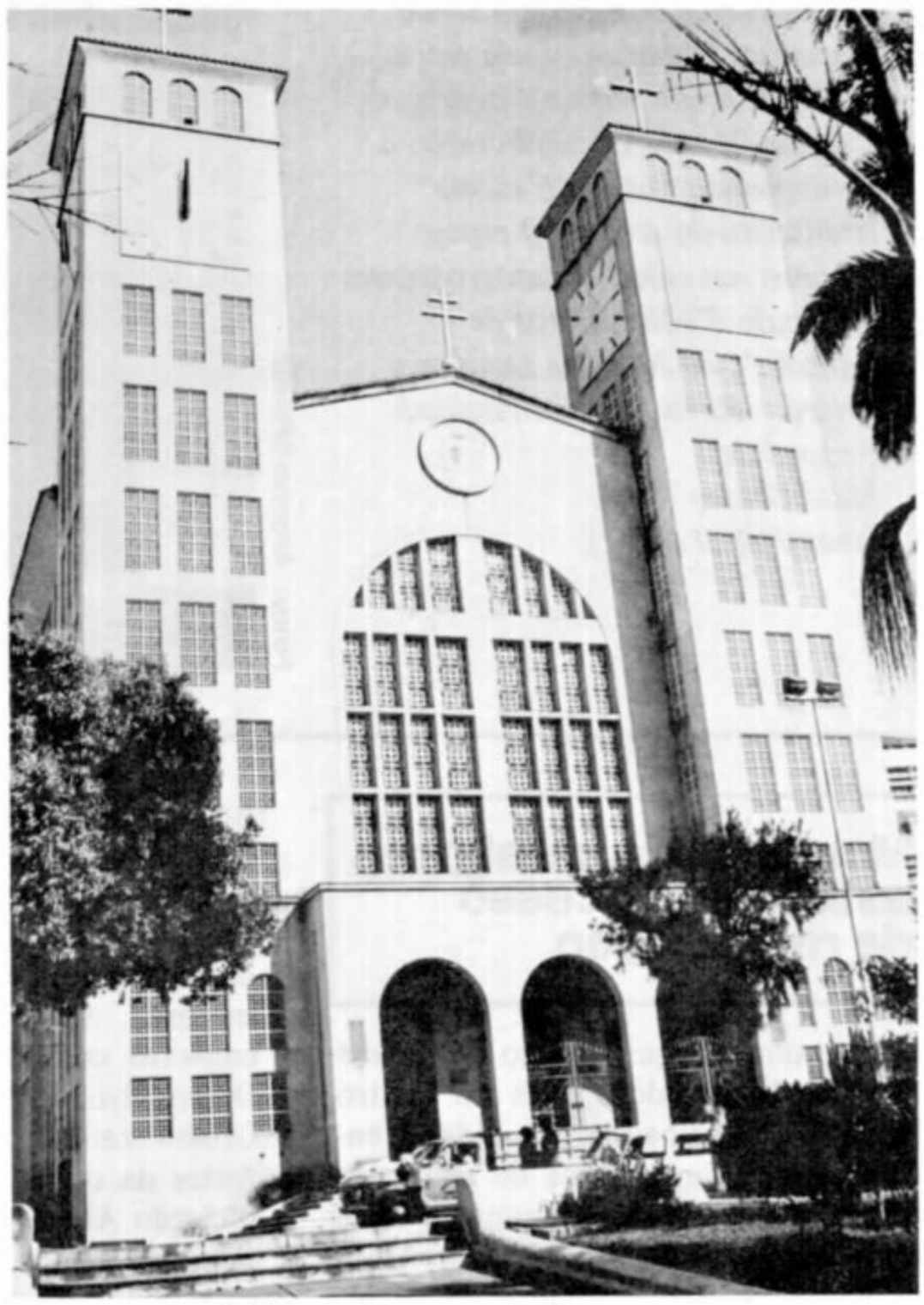
O culto à religião dos tempos coloniais permanece vivo em Cuiabá, cidade de 280 mil habitantes, onde é expressivo o número de templos católicos. Reconstruídas e restauradas através dos anos, as igrejas cuiabanas, ainda hoje, conservam a beleza de sua arquitetura original, marcada pela simplicidade das linhas – um barroco não tão imponente como o verificado em Minas Gerais e na Bahia, mas nem por isso menos rico. Excluindo-se as capelas e a catedral (a original foi demolida para ceder lugar a outra de "tremendo mau gosto", no entender dos mais antigos), somente a área central da cidade reúne 9 templos, o que indica o profundo sentimento de religiosidade do povo cuiabano.

Por sua beleza externa, a igreja que mais chama a atenção é a de Nossa Senhora do Bom Despacho, uma autêntica réplica da Notre Dame de Paris surgida da inspiração do padre francês Ambrósio Daydé. A princípio, a Notre Dame cuiabana não passava de uma capela, cuja pedra fundamental foi lançada a 7 de dezembro de 1858.



Arquivo DPH/Cuiabá

A antiga catedral cede espaço . . .



Arquivo DPH/Cuiabá

. . . para outra de "tremendo mau-gosto".

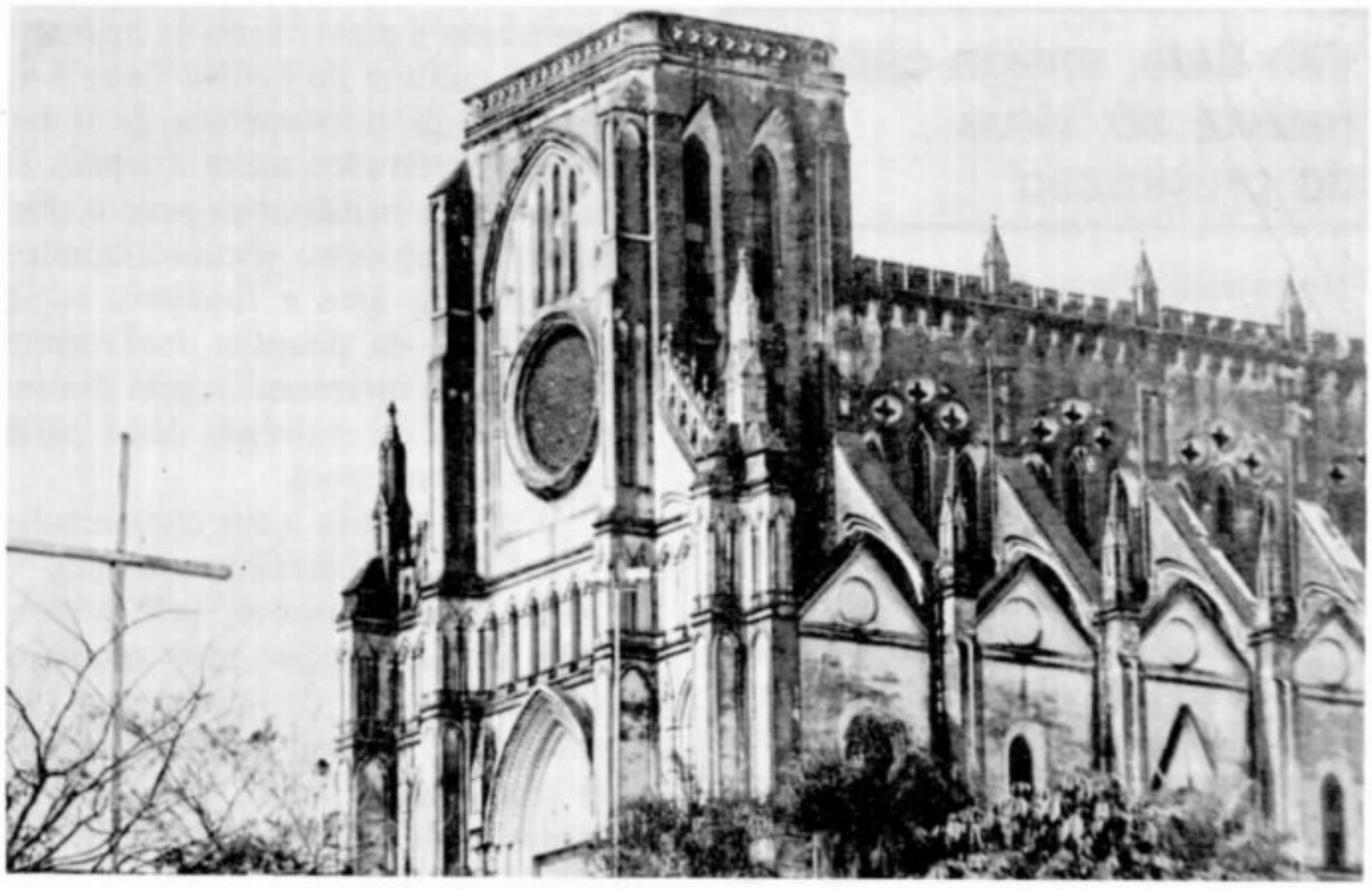
Mais tarde, em 1918, a capela do Bom Despacho foi demolida para dar lugar a atual igreja, que ainda hoje permanece inacabada.

Tombada pelo antigo IPHAN e em fase final de restauração, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário é uma das mais antigas de Cuiabá. Antes de sua construção existia no local a capela de São Benedito, que deu origem, em 1897, à Irmandade de São Benedito, existente até hoje e integrada, no passado, exclusivamente por negros. É esta congregação que promove anualmente a tradicional Festa de São Benedito, que dura mais de uma semana, consistindo na arrecadação de dinheiro e prendas na cidade pelos festeiros. Além dos recursos próprios destes, tudo o que é arrecadado reverte em comida e bebida para a população, que comparece maciçamente aos festejos, numa perfeita integração social. Como a de São Benedito, o culto à religião contribuiu para o surgimento de muitas outras festas tradicionais, que, até hoje, resistem, tenazmente, ao tempo.

Quase todas as igrejas cuiabanas têm as suas lendas. Segundo versões populares, um dos episódios mais interessantes ocorreu na Igreja de Nossa Senhora da Boa Morte, concluída em 1864: ali, durante a mais renhida eleição de que se teve conhecimento na Província de Mato Grosso, os castiçais e a cruz de Cristo serviram de cassetetes, numa briga que envolveu as facções adversárias. Também nesta igreja havia uma irmandade constituída exclusivamente por negros, que organizava festas que se destacavam pela magnificência.

A Igreja do Senhor dos Passos teria sido construída por um comerciante português, José Manoel. Contam os populares que Manoel ergueu o templo em atendimento a um milagre recebido: acometido de um ataque de catalepsia, o comerciante foi dado como morto. Quando já estava sendo enterrado, José Manoel levantou-se da sepultura, assustando a todos que se encontravam no cemitério. Desde esse dia, passou a recolher esmolas até obter dinheiro suficiente para construir a atual igreja.

Localizada no bairro do Porto, próxima ao rio Cuiabá, a Igreja de São Gonçalo data de 1869. Nesta igreja foram recolhidas as imagens salvas do Forte de Coimbra e de Corumbá, por ocasião da invasão paraguaia. O templo passou por uma grande reforma em 1906, quando foi erguida sobre a torre uma estátua do Cristo Redentor, a 36 metros acima do solo.



Arquivo DPH/Cuiabá

Nossa Senhora do Bom Despacho, réplica da Notre Dame de Paris.

Fora de Cuiabá, na vizinha cidade de Chapada dos Guimarães, está a Igreja de Santana – a mais antiga de Mato Grosso, tombada pelo IPHAN e em processo de restauração. No seu interior encontra-se a curiosa imagem de São José de Botas. Chapada dos Guimarães fica a uns 70 quilômetros do centro de Cuiabá e é uma região de grande beleza natural, com um patrimônio ambiental dos mais significativos. Lá existem verdadeiros monumentos esculpidos nas rochas pela erosão e o "véu da noiva", uma das maiores quedas livres de água da América Latina, com cerca de 100 metros.



Briane Bica

Igreja do Rosário, tombada pelo antigo IPHAN.

Vila Bela, antiga capital, resiste ao "vírus do progresso"

"No extremo Oeste do Estado de Mato Grosso, às margens do rio Guaporé, singular pela história de sua ocupação, Vila Bela da Santíssima Trindade resiste como guardiã da fronteira. Antiga capital da Província, Vila Bela floresceu até que Cuiabá se tornou a nova sede do Governo.

Marcas do seu rico passado são encontradas nas ruínas de palácios e de sua igreja, nas imagens dos santos e nos poucos móveis ciosamente guardados pelo povo, que forma, talvez, a mais singular comunidade negra do Brasil, descendentes de escravos deixados em Vila Bela pelos senhores que se mudavam para Cuiabá, a nova capital da Província. Não se encontrou, ainda, relato que esclarecesse os motivos de tal procedimento; acredita-se que motivos econômicos tenham influído na decisão de se levar para Cuiabá apenas alguns escravos. Vila Bela não foi, pois, um quilombo. O espaço deixado pelo branco foi ocupado pelo negro, que lhe deu novo significado, que lhe emprestou nova importância. E esse espaço lá está, pouco tocado, mas já ameaçado pelo asfalto da rodovia que demanda à Amazônia, para cuja conquista como espaço brasileiro Vila Bela muito contribuiu, funcionando como principal ponto de apoio à entrada da floresta pelo Sul, no século XVIII". (transcrito do artigo "O espaço do ouro nas cidades matogrossenses do século XVIII: pontos de reflexão", de Júlio De Lamonica Freire – Revista da Universidade Federal de Mato Grosso – janeiro/abril 81).

Na UFMT, a pesquisa e a preservação da memória do Centro-Oeste

Criado em 1976 como órgão suplementar da Universidade Federal de Mato Grosso, subordinado à Vice-Reitoria, o Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional-NDIHR vem desempenhando importante papel na revitalização e preservação da memória histórico-cultural do Centro-Oeste e na preparação de instrumentos de trabalho para os estudos sobre a região. O Núcleo reúne significativo acervo relacionado ao processo sócio-econômico e cultural da área e funciona como uma unidade de pesquisa, fornecendo subsídios aos interessados pela dimensão histórica da realidade desta parte do território nacional.

Como explica a sua coordenadora, professora Therezinha Arruda, o NDIHR "não é arquivo, nem museu, mesmo na concepção mais moderna destes dois tipos de instituição". A Universidade Federal de Mato Grosso tem como um de seus objetivos ser a resposta educacional operante ao processo do desenvolvimento regional, num trabalho de integralização do meio sócio-cultural. Para tanto, segundo a professora Therezinha, a UFMT conta com o NDIHR, que tem como proposta viabilizar este objetivo a nível das ciências sociais, oferecendo aos estudiosos dessa área instrumentos de trabalho para a análise do processo sócio-econômico e cultural de Mato Grosso e de todo o Centro-Oeste.

Facilitar o acesso à documentação produzida no passado e registrar o processo histórico presente, abrindo perspectivas de investigação, constituem linhas mestras do NDIHR, informa, ainda, a coordenadora.

O Núcleo lançou recentemente o primeiro volume da coleção "Memória Social da Cuiabania", um catálogo bibliográfico matogrossense. A publicação traz 846 referências bibliográficas de obras literárias de autores de Mato Grosso, incluindo relatórios, publicações oficiais do Governo do Estado, Municípios e instituições culturais. Sua microfilmoteca reúne preciosos documentos ibéricos sobre o Centro-Oeste datados de 1680 a 1823. O acervo é constituído de 58.083 fotogramas de documentos pertencentes, entre outros, ao Arquivo Histórico Ultramarino e à Biblioteca Nacional de Lisboa.

Além de documentos escritos, o Núcleo possui um arquivo foto-fonográfico sobre a memória social da capital matogrossense, reunindo fotos, diapositivos e fitas cassetes; registro audiovisual da cultura popular; uma série de publicações acerca da produção musical, lendas, datas significativas da história da região e um inventário da arquitetura matogrossense.

DEPENDÊNCIA

O Centro-Oeste sempre foi uma região marcada pela condição de exclusiva dependência cultural dos grandes centros do país. Esta parte do território nacional não marca presença na historiografia brasileira e quando aparece é configurada segundo modelos e análises que não lhes são pertinentes.

A partir desse ponto de vista, os idealizadores do NDIHR constataram a necessidade de se quebrar a referida relação de dependência para a consolidação do conhecimento da realidade sócio-econômica e cultural da região. Para tanto, chegaram à conclusão que, antes de qualquer outra ação, era essencial reunir sistematicamente referências regionais dispersas em instituições nacionais e internacionais, com a finalidade de torná-las instrumentos válidos e eficazes de trabalho aos pesquisadores.

Esta é uma primeira etapa de atuação do NDIHR, que continua, paralelamente, as pesquisas temáticas sobre a sócio-economia e cultura do Centro-Oeste. A preocupação constante em reunir fontes documentais de qualquer natureza a respeito da região garante a preservação de sua memória histórico-cultural, ao mesmo tempo que contribui para o preenchimento dos vazios existentes acerca da historiografia do Centro-Oeste brasileiro.



Júlio De Lamonica Freire

Nos gradis de ferro, uma das riquezas cuiabanas.

Julho/Agosto 1981

SPHAN 13
próMemória

Olinda tem de volta o Mercado da Ribeira restaurado

De mercado público e açougue, funções que desempenhou até princípios deste século, passando por sede da Secretaria de Turismo, o Mercado da Ribeira, em Olinda (PE), abriga agora o Centro de Artesãos e Animação Cultural do Município. As obras de restauração, iniciadas em 1980, foram inauguradas em julho passado, integrando a primeira etapa do projeto de restauração e revitalização do Alto da Ribeira e da Praça de São Pedro Velho, elaborado pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco-FUNDARPE e aprovado pelo Programa de Cidades Históricas da SPHAN/Pró-Memória.

O Mercado situa-se no Alto da Ribeira, zona de Olinda tombada pelo Patrimônio. À sua frente, encontram-se as ruínas do antigo Senado e Câmara. Foi ali, segundo informações contidas nos arquivos da Secretaria de Educação do Município, que o sargento Bernardo Vieira de Melo, a 10 de novembro de 1710, deu o primeiro grito pela República no Brasil. O Mercado foi, também, o local do pelourinho, instrumento de castigo de escravos e de sacrifício dos condenados por crimes. Tudo faz crer que a área era uma espécie de centro comunitário da cidade. Lá se fazia a comercialização de gêneros e de carne verde e, antes de ser restaurado, servia de sede para a Secretaria de Turismo do Município e de centro de vendas de artesanato, representando um ponto de referência histórica e de visitação turística.

Na venda de carne verde havia uma particularidade: às 11 horas da manhã, tocava-se o búzio. Era o sinal da carne barata. Na época não havia refrigeração, por isso era necessário vender no mesmo dia os produtos de fácil decomposição. Daí a instituição do búzio soprado por um funcionário do mercado, anunciando à população carne de primeira qualidade pelo preço de 500 réis o quilo. (dados compilados dos arquivos da Secretaria de Educação de Olinda).

No projeto de adaptação para o Centro de Artesãos e Animação Cultural, as lojas em torno do pátio central do Mercado foram restauradas segundo sua modulação primitiva, recebendo galerias e oficinas de arte e de artesanato. O pátio central destina-se às apresentações de danças folclóricas como: ciranda, pastoril, bumba-meu-boi, etc. O corpo do imóvel foi transformado em local de exposições periódicas de artes e artesanatos.

ALTO DA RIBEIRA

Zona de Olinda tombada pelo antigo IPHAN, o Alto da Ribeira guarda um valor marcante para a história de Pernambuco e do próprio país no cenário religioso e político. Ali, no primeiro século de colonização, foi estabelecida a Freguesia de São Pedro Mártir, a mais antiga do Bispado pernambucano, segundo relato de Manoel da Costa Honorato, no seu "Dicionário Topográfico Estatístico e Histórico da Província de Pernambuco".

As construções da Câmara, do Senado e da Cadeia Pública foram concluídas em 1693. A Ribeira poderia ser desta época, ou, segundo historiadores, de 1788, construída pela iniciativa do então Governador Dom Tomás José de Melo. Quanto ao Mercado, os livros não fazem referências à data de sua construção.

O conjunto arquitetônico objeto do projeto de restauração e revitalização do Alto da Ribeira e São Pedro Velho guarda os indícios e transformações que sofreu desde os seus primeiros dias, no século XVI, até hoje. Em sua feição mais primitiva, as casas residenciais eram térreas, com portas e janelas emolduradas por cercaduras de cantaria e cobertura em beiral tríplice. No século XVII, algumas destas casas receberam um outro pavimento, talvez para atender outra função, além da residencial. Os balcões eram de madeira e os beirais ainda se faziam presentes. Nos séculos XVIII e XIX, a lei da platibanda, a presença dos balcões com grade de ferro, em substituição aos de madeira, os frisos e perfilaturas ao gosto neoclássico, modificaram a fisionomia original dos imóveis. Esta nova roupagem e as descaracterizações provenientes da variedade de usos, nos dias atuais, têm contribuído para quebrar a unidade primitiva do conjunto. "A ação do tempo, aliada à má conservação de muitas das casas, está pondo em risco a preservação de espécimes de arquitetura de grande importância na imagem de Olinda".

O projeto da FUNDARPE pretende "contribuir com um plano de conjunto, semelhante ao do Amparo, para restauração e valorização de parte de uma zona correspondente a de maior densidade monumental, denominada no plano que rege as leis urbanísticas do Município de Olinda, como Zona de Preservação Rigorosa do Centro Histórico". O conjunto arquitetônico inicia-se na Rua de São Bento, à altura do nº 348, lado par, e prossegue no mesmo lado pela Rua Bernardo Vieira de Melo, até o prédio nº 106, onde funciona atualmente o Centro Cultural das Professoras de Olinda, esquina com a Travessa Porto Seguro.



Daniel Lins/FUNDARPE

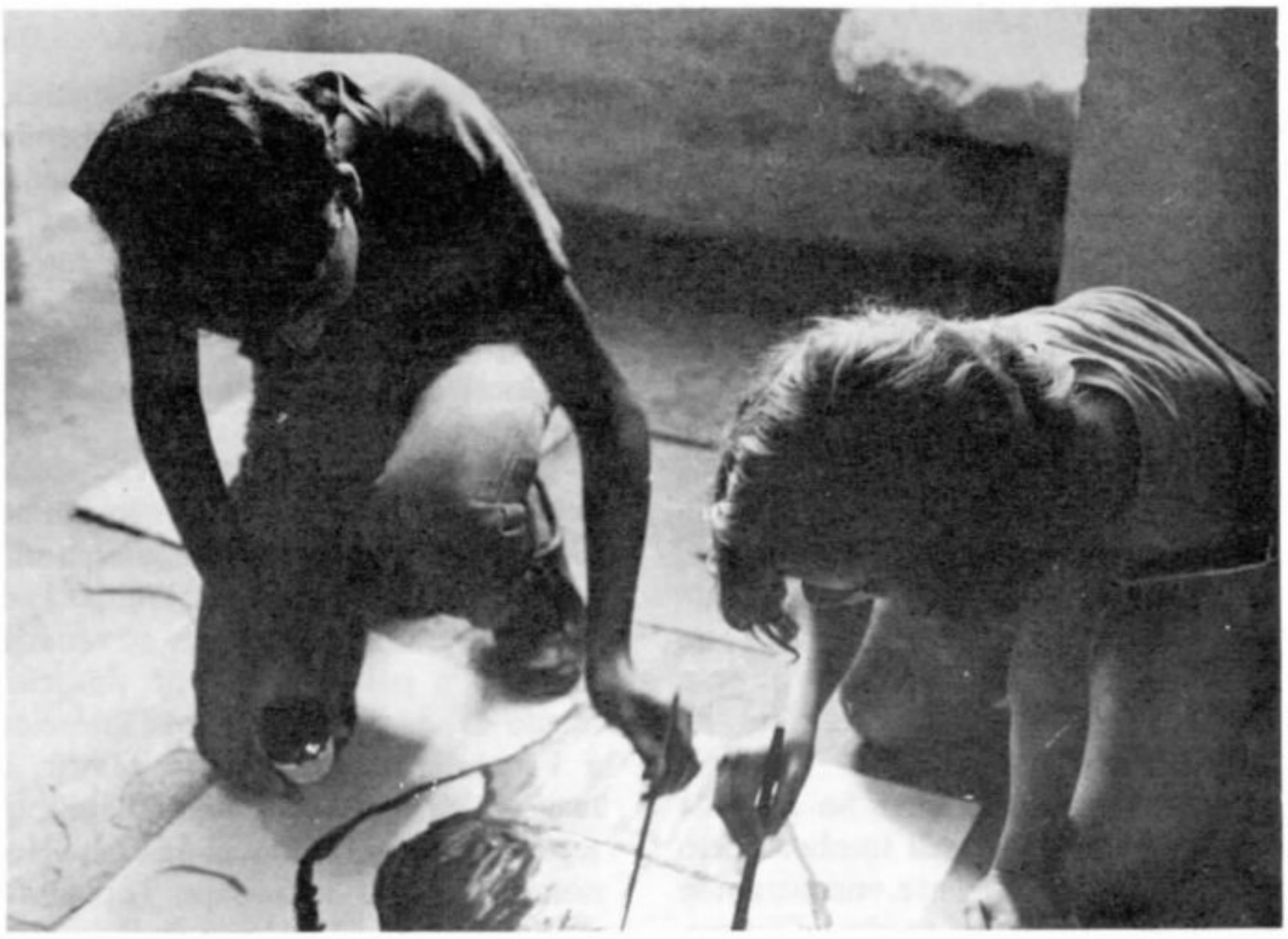
Projeto Museu/Escola dá nova dimensão ao Museu da Inconfidência

Após sete meses de atividades, que reuniram 50 alunos da rede de ensino da cidade, foi encerrado, no dia 11 de julho, em Ouro Preto, o Projeto Museu/Escola, um curso promovido pela Subsecretaria de Assuntos Culturais da Secretaria de Cultura do MEC, FUNARTE, Museu da Inconfidência e Prefeitura Municipal de Ouro Preto. As atividades tiveram como tema as festas floclóricas, versando sobre eventos de caráter religioso, popular e histórico da tradição de Ouro Preto e de Minas Gerais. Os temas receberam tratamento em cada área de expressão artística utilizada, levando a criança a vivenciá-los. A equipe executora do projeto constou de um coordenador e 4 monitores, encarregados de teatro, informação histórica, artes visuais e música.

Segundo seus organizadores, o projeto atingiu plenamente seus objetivos, irradiando na comunidade de Ouro Preto, através dos 50 alunos matriculados, uma nova idéia de museu, "agora instituição viva e dinâmica, na qual a população infantil encontra apoio e estímulo para a criatividade". De acordo com depoimentos dos monitores, o curso serviu para revelar à comunidade a nova dimensão do Museu da Inconfidência, através de seus espaços de criação, no auditório e na Casa do Pilar, mostrando-se capaz de prestar relevantes serviços à coletividade local, "para além de guardar um valioso acervo procurado apenas por turistas".

O projeto abriu suas atividades no dia 15 de janeiro, em sessão solene realizada no auditório do Museu da Inconfidência, com a presença de representantes das entidades promotoras e cerca de 100 pessoas, entre crianças e pais, que receberam informações acerca do significado do curso que iniciava, tendo como sede a Casa do Pilar, pertencente ao Museu. Os alunos foram divididos em 3 turmas, de forma a atender seus respectivos horários nas escolas da cidade. Às terças e quintas-feiras e aos sábados, de 15 de janeiro a 11 de julho, realizaram-se as atividades, de acordo com a programação de cada monitoria.

Ao mesmo tempo, as crianças eram preparadas para realizar visitas a associações e entidades artísticas de Ouro Preto, como o Clube dos Lacaios, a mais antiga sociedade carnavalesca do Brasil, fundada na cidade, no ano de 1864, onde mantém sede e participa do carnaval. Em fevereiro, tiveram início as visitas ao Museu da Inconfidência, de modo a orientar os alunos para a arquitetura do palácio e para a variedade de seu rico acervo. No interior do Museu, pela manhã, quando o local se acha fechado à visitação turística, as crianças puderam ali desenhar e trabalhar mais intensamente, voltando depois juntamente com os demais visitantes, para mostrar-lhes o seu trabalho.



Arquivo SPHAN

FANTOCHES, EXPOSIÇÃO E CRIATIVIDADE

A partir de abril, acrescentou-se às atividades a confecção de fantoches, visando à montagem de uma peça de teatro pelas próprias crianças, tendo como tema a Inconfidência Mineira. Esse trabalho com teatro de bonecos foi o auge do curso, traduzindo-se na peça "Bárbara Louca e Marília Apaixonada", apresentada no auditório do Museu da Inconfidência, no dia 11 de julho, quando do encerramento do curso.

Antes da apresentação da peça, foi inaugurada, na sala de exposições temporárias do Museu, a mostra dos trabalhos realizados pelas crianças durante o projeto: fantoches, desenhos, pinturas e textos.

Como parte do programa oficial das comemorações dos 270 anos da criação da antiga Vila Rica (Ouro Preto), alunos, coordenador e monitores do curso realizaram um dia da criatividade, na Praça Amadeu Barbosa (Barra), reunindo cerca de mil crianças para atividades de desenho, pintura, brincadeiras infantis e teatralização de temas folclóricos de Ouro Preto, como o desfile de um "Zé Pereira" infantil.



Arquivo SPHAN

OPINIÃO

A nova "Consciência de Diamantina" (*)

Começar por falar em Aires da Mata Machado Filho não é só um bom começo: é o princípio de tudo.

Dele se pode contar, uma certa vez, quando dos saudosos tempos em que era professor da Faculdade em Diamantina, com seu modo simples e descontraído, foi tão brilhante, tão magnífico em sua exposição de aula, que, ao terminar, os alunos lhe bateram palmas, aplaudindo-o expontânea e demoradamente.

Mais uma vez ele não só é, como foi o princípio de tudo.

Naquela primeira reunião, realizada na Câmara Municipal, entre os principais responsáveis pelo Festival de Inverno e a comunidade diamantinense, a presença e o apoio do professor Aires foram fundamentais para sua aceitação pela cidade.

Estamos hoje aqui, nós, povo de Diamantina, exatamente na posição dos alunos do professor Aires: para surpreender, talvez, os responsáveis e organizadores do XIV Festival de Inverno, ao fim de uma tarefa que cumprem com zelo, amor e carinho, e vir, em agradecendo, aplaudi-los também expontânea e afetuosamente.

Este é o espírito da Diamantina de hoje, bem diferente daquela de ontem. Mas, ontem era inverno, e tudo aconteceu como em manhãs de inverno. O Festival veio vindo como nuvens enfumaçadas, como um nevoeiro que nos envolvia, assustava, preocupava. Queríamos estar dentro dele, mas temíamos sua presença. Aquela nuvem nos cegava, nos atormentava, mas... ela nos atraía.

Falavam tão mal daqueles invernos em outra cidade!

E veio o nosso inverno, a nossa bruma, o nosso Festival.

E, de repente, como por encanto, a névoa foi sumindo, o tempo foi se abrindo e como o abraço apaixonado da luz sobre as montanhas, o Festival de Inverno tomou conta de Diamantina.

Foram quase 30 dias em que a cidade se desvestiu de si mesma, para entregar-se ao extraordinário acontecimento.

Foi realmente um sucesso o XIV Festival de Inverno em Diamantina.

Felizmente, a cidade soube compreender o fabuloso alcance cultural do evento, a magnífica promoção turística e até aproveitar os bons resultados financeiros do comércio de infraestrutura.

Pessoalmente, considero, no entanto, como o mais valioso dividendo do Festival, seu mais vicejante fruto, o despertar de uma nova "Consciência de Diamantina".

É um novo espírito que estará atingindo, para usar expressões da moda, não só o "público externo", mas também o "público interno".

De fora, falta ainda a vários segmentos do poder público imbuir-se dessa consciência da importância histórica de Diamantina.

Aconteceu aqui, todavia, um Seminário importante e com gente importante, cujas recomendações, esperamos, tenham a acolhida dos poderes competentes.

Dos responsáveis, organizadores e professores do Festival, já sentimos a profundidade do valor atribuído à nossa terra, seja, através de manifestações escritas, como aquela magnífica publicação do grupo de desenho do professor Nemer, seja por declarações em música, como o termo "Carinhinho a Diamantina", seja por palavras, atos e confissões.

Fica agora conosco a grande responsabilidade de mantermos acesa esta "Consciência de Diamantina", impregnando-nos dela, com as lições que estamos recebendo.

Aqui está uma cidade histórica, mas uma cidade alegre e buliçosa, que sabe receber e trabalhar, que luta para manter-se atraente e intocada e que, ao final de ocasiões como esta, vai refletir nas palavras de um arquiteto no Seminário, de que "o desenvolvimento deve incorporar as vantagens da preservação".

Partindo daqui, vamos convencer os desinformados, que nós somos procurados, somos visitados e ganhamos até um Festival, pelo que temos de arte, somos de arquitetura e representamos de história.

Que esta nova "Consciência de Diamantina" nos faça sentir e refletir, que vivemos em uma cidade incomum. Uma cidade centenária, colonial no seu casario, barroca nas suas igrejas, aconchegada aos riachos para catar ouro e sonhar diamantes e escorrida na montanha para contar estrelas, ser beijada pela lua e dormir embalada nas canções das serenatas. Uma cidade do mais puro legado português, onde em meio às ruas, às fachadas, aos telhados, ouvem-se os mesmos versos com que outros seresteiros no passado, saudosos da terra distante ou apaixonados pela donzela escondida, lamentavam-se nas noites e velavam pelas madrugadas.

Naquele tempo, já o poeta perguntava nos Lusíadas: "Houve no mundo gentes, que tais caminhos cometessem?".

Quem deu a resposta foi o seu magnífico descendente diamantinense, o bandeirante Juscelino Kubitschek, em uma dedicatória de livro, ao dizer que "os portugueses que levaram as glórias lusitanas às praias que Camões cantou, são os mesmos que romperam a solidão das 'Geraes' para plantar na 'encosta do monte' que domina o Tejuco, a nossa encantadora cidadezinha".

Cidade, cidadezinha, Tejuco, Diamantina, todas elas se apaixonaram pelo Festival.

É por isso, por esse novo despertar e por tanta beleza mais, em artes, teatros, concertos, aulas, pesquisas, que nós vos agradecemos a todos, idealizadores, organizadores, responsáveis e professores deste XIV Festival de Inverno.

Nosso reconhecimento se estende à comissão organizadora municipal e tantos mais que colaboraram para o êxito desta realização.

Não quero citar nomes. Não devo destacar nomes. Fica para cada um, na gradação do seu trabalho, distinguindo-se a si mesmo no grau que julga merecer, receber o pedaço maior da gratidão de Diamantina.

(*) Discurso proferido pelo diamantinense Leandro da Costa no encerramento do Seminário sobre Patrimônio Cultural de Diamantina: Sua Preservação e Valorização.

Arquimemória: arquitetos discutem a preservação do patrimônio

De 23 a 26 de julho, arquitetos de todo o país estiveram reunidos, em São Paulo, no 1º Encontro Nacional de Arquitetos sobre Preservação de Bens Culturais-Arquimemória, promovido pelo Instituto dos Arquitetos do Brasil — IAB, com o apoio de seus Departamentos Regionais.

Foram 4 dias de intensos debates, realizados na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, que tiveram por objetivos propiciar à categoria o conhecimento dos problemas gerais e específicos das várias regiões do país relacionados à questão da preservação do patrimônio cultural edificado, bem como estabelecer subsídios para a formulação de uma política nacional de atuação do IAB e de seus Departamentos Regionais. No entender dos organizadores do encontro, a ausência de uma política que defina diretrizes para a atuação dos arquitetos a nível nacional na área da preservação tem sido responsável pelo enfraquecimento das posições defendidas quase sempre isoladamente pelos Departamentos do IAB.

Os debates giraram em torno de propostas contidas em relatórios elaborados por 4 comissões de trabalho que se reuniram no decorrer do encontro. Durante a plenária de encerramento, as sugestões foram discutidas e aprovadas e, posteriormente, reunidas no documento final do Arquimemória. O documento servirá de base para discussão em futuros encontros regionais a serem promovidos pelos Departamentos do IAB, visando avaliar as conclusões e encaminhamentos do encontro, a nível regional e nacional, além de motivar o debate e o aprofundamento das questões regionais dentro do contexto nacional, com vistas à preparação do 2º Arquimemória a ser realizado no próximo ano.

O IAB está convencido de que a participação da nação, em todos os níveis, no processo de preservação da memória cultural é fundamental, pois "(. . .) a política de preservação de bens culturais (. . .) não pode estar separada dos avanços democráticos da sociedade brasileira (. . .)". É o que consta do documento final do 1º Arquimemória, que critica a "excessiva centralização das decisões e dos instrumentos de preservação, hoje detidos apenas pelo Estado".

"A ação do Estado, exercida através de seus órgãos afetos à preservação, muitas vezes desarticulados das várias esferas de poder, tem favorecido uma supremacia do poder de decisão a governantes, políticos e administradores, tanto alijando a participação da população quanto dispondo dos técnicos apenas como instrumento desta ação", afirma o documento.

É nessa conjuntura, no entender dos arquitetos, que deve ser compreendida e analisada a questão da legislação referente à preservação de bens culturais. "As leis sobre preservação do nosso patrimônio cultural são muitas vezes desrespeitadas pelo próprio Governo, de acordo com as conveniências e interesses imediatos ou por pressões de grupos financeiros, em nome de um discutível progresso".



Arquivo SPHAN

Convento dos Humildes, em Santo Amaro (BA)

"O resultado palpável deste comportamento é a descaracterização de comunidades rurais e indígenas, bairros e cidades inteiras, abalados por grandes empreendimentos econômicos, instalados sem a menor consulta às populações que sofrerão seus efeitos".

Quanto à educação e formação profissional, o IAB constata a pouca ênfase nos programas curriculares do ensino e na pesquisa dos problemas pertinentes à preservação e ao conhecimento do acervo cultural, "o que tem dificultado muitas vezes a missão dos arquitetos na defesa do bem cultural". Para auxiliar a solução deste pro-

blema, o 1º Arquimemória aprovou proposta no sentido de que o IAB indique um representante para, junto à SPHAN/Pró-Memória, participar da elaboração de programa que o órgão está articulando com a colaboração da Secretaria de Ensino Superior do MEC, visando oferecer oportunidades de aprimoramento na formação profissional a nível de graduação. A nível de escolas, o IAB propõe que os cursos de arquitetura e urbanismo promovam a pesquisa e a documentação da arquitetura popular e, mais, que o problema da preservação de bens culturais seja tratado como fundamento filosófico do curso de arquitetura, "objetivando antes de uma formação mais específica, todo um processo de educação que induza à consideração de preservação como respeito ao meio, e a ambiência seja o universo de trabalho regulador da intervenção". O órgão sugere, ainda, que seja incentivada a participação de estudantes de arquitetura e urbanismo, selecionados por concurso, nos trabalhos de preservação de sítios históricos.

Para evitar desvios na aplicação da legislação pertinente à preservação, os arquitetos sugerem ao IAB que fiscalize e avalie o cumprimento da legislação de proteção existente, ao mesmo tempo que lute pela maior participação da categoria na política de decisão de preservação, assim como por melhores condições de remuneração dos profissionais arquitetos.

A fiscalização seria sistematizada através da criação de comissões ou grupos de trabalho permanentes, a níveis municipais, estaduais ou mesmo nacional. Esses organismos, de acordo com os arquitetos reunidos no encontro, deveriam atuar junto a outras entidades ligadas à questão da preservação, para, numa ação conjunta, denunciarem os riscos de dilapidação do patrimônio cultural edificado no país. Para auxiliar neste trabalho, o IAB deverá incentivar a criação de entidades civis de defesa do patrimônio e lutar pelo reconhecimento dessas organizações, pelos órgãos oficiais, como instância de poder na definição, seleção, tratamento e revitalização do patrimônio.

COMUNIDADE

Os arquitetos defendem a necessidade da participação ativa da comunidade na preservação e revitalização do patrimônio cultural edificado e natural. Esta participação se daria através de encontros e seminários periódicos de divulgação e de incentivos à criação de órgãos municipais específicos de preservação. E mais: a identificação e o cadastramento dos bens culturais devem ser executados com a participação da população e o aproveitamento do saber local.

Os arquitetos aprovaram uma outra proposta no sentido de que o IAB tenha uma maior participação junto às comunidades, atuando como órgão incentivador das populações na vigilância dos serviços dos organismos oficiais.

No entender da categoria, os planos de preservação devem estar dirigidos para a valorização da população, no sentido do seu desenvolvimento sócio-econômico. Diante disso, propõe ao IAB que promova, através de seus Departamentos Regionais, mecanismos de discussão com as comunidades, referentes aos problemas políticos, sociais e econômicos da preservação dos bens culturais.

PLANEJAMENTO

Como profissionais do espaço urbano, portanto, responsáveis pela preservação de conjuntos históricos, os arquitetos acham que os sítios e núcleos históricos e naturais não devem ser tratados apenas como "molduras de monumentos ou edifícios, mas que apresentem seu valor intrínseco urbanístico, paisagístico e natural". Dessa forma, no entender da categoria é necessário um entendimento global dos sítios a serem preservados, levando em conta a integração dos espaços construídos com os elementos naturais.

Para que esta postura se realize na prática, os arquitetos propõem que o item preservação do patrimônio cultural e ambiental seja incluído nos planos de desenvolvimento urbano e, que, no planejamento de núcleos e sítios históricos, estes sejam tratados por meio de planejamento permanente e integrado ao contexto urbano onde se localizam.

Os arquitetos chamam a atenção para a importância dos espaços públicos e privados não edificados. Entendem que, na preservação dos sítios e núcleos históricos, estas áreas devem ser mantidas.

Finalmente, propõem que os sítios históricos sejam preservados e revitalizados como um todo, atentando-se para o seu valor paisagístico, urbanístico e arquitetônico. Assim, o IAB, através de seus Departamentos Regionais, deverá organizar seminários visando mostrar tanto a inconveniência da utilização de arquitetura neo-tradicional em núcleos históricos, como também a adoção pelas municipalidades de medidas que a incentivem.

AO MEC

Ao final do Arquimemória ficou decidido, ainda, que se deverá propor ao Ministério da Educação e Cultura, através da Secretaria de Cultura, a adoção de uma série de medidas visando a apoiar os trabalhos na área de preservação do patrimônio: a realização de um cadastramento de bens móveis, divulgando esses dados com o objetivo de evitar a dispersão do acervo; a promoção da Central de Informações sobre Arquivos, abrangendo a natureza de seus conteúdos e os resultados de pesquisas neles baseados; a criação de um Banco de Dados sobre a iconografia existente; a revisão da legislação de bens móveis, a fim de torná-la mais eficiente, e a realização de um cadastramento das entidades e indivíduos ligados à conservação de bens móveis, divulgando os dados definidos.



Arquivo SPHAN

Conjunto de sobrados em São Luís (MA)

Reutilização: solução para preservação do patrimônio arquitetônico

A reutilização de prédios de valor cultural é vista hoje como uma solução conciliatória, dinâmica e racional,entre os novos usos desejados e a necessidade de se manter de pé, e útil, o acervo construído. Dois projetos nessa linha foram desenvolvidos – um em Patrocínio (MG) e outro em Montenegro (RS) – por arquitetos, numa demonstração não só de respeito ao patrimônio edificado dessas duas cidades, como também de compreensão da importância do ambiente pré-existente para o desenvolvimento urbano de uma localidade.

O projeto "Centro Recreativo para Montenegro – uma proposta de reutilização do conjunto da antiga estação ferroviária", de autoria do arquiteto Pedro Ernesto Buhler, propõe o reaproveitamento dos antigos prédios e áreas livres para o atendimento de necessidades presentes da comunidade. Concebido inicialmente como tese para a sua diplomação em Arquitetura, este projeto, hoje, é motivo de uma campanha de intelectuais, políticos e população em geral de Montenegro, para que seja executado. Mostrado em várias exposições, este trabalho tem sensibilizado as autoridades competentes. Porém, até o momento, não houve uma definição oficial a respeito do assunto. Segundo informa o arquiteto Pedro Buhler, foi formada uma comissão sob a coordenação de 3 membros da comunidade de Montenegro, para promover ampla discussão e participação da população e sensibilização das autoridades, organizando o apoio já recebido de entidades, ferroviários e outros segmentos da comunidade local.

Ocupando o prédio principal, a estação propriamente dita, o Museu Histórico Municipal, com seu acervo e promoção de atividades culturais, contribuirá para o aprendizado coletivo, no que deverá ser um centro de convivência para a população. O funcionamento de um novo restaurante no mesmo lugar do antigo "buffet" recordará aos habitantes a movimentação característica daquele antigo local de trânsito e passeio, revitalizando a tradicional plataforma e tornando a ser importante e central ponto de encontro da cidade. O grande armazém de 660 m² – que pode desaparecer rapidamente caso não sejam tomadas providências para reparar sua cobertura – abrigará um amplo salão comunitário para quermesses, bailes, exposições, palestras, etc. Os escritórios – construção com estrutura aparente em trilhos de ferro – deverão servir a salas para cursos, jogos e administração geral, no mesmo local da burocracia e comunicação telegráfica da ferrovia. Para as demais áreas livres, o projeto prevê a instalação de equipamentos de lazer, recreação e esportes.

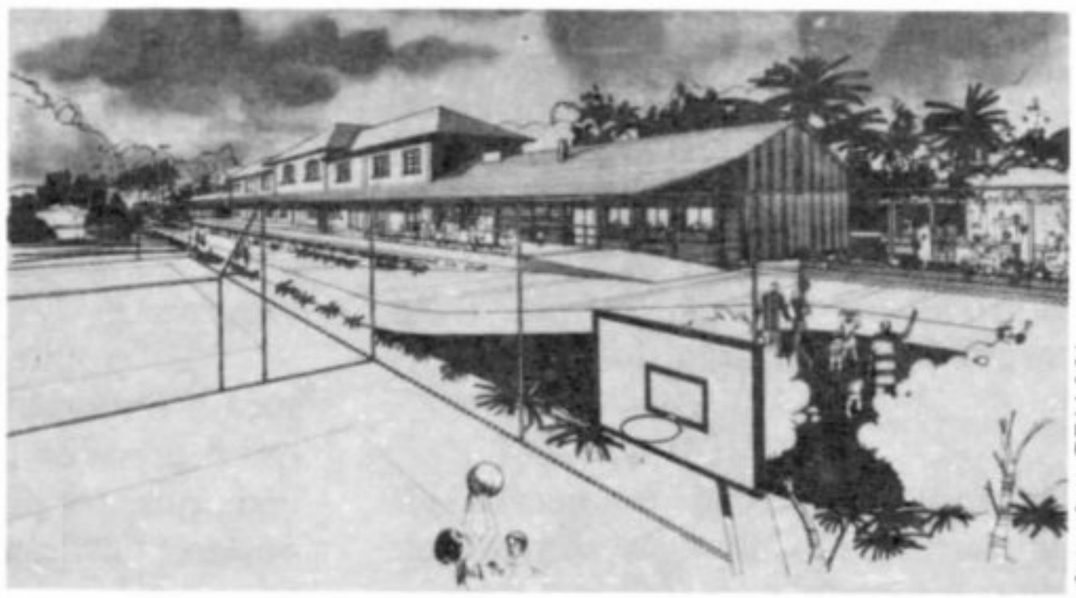
PATROCÍNIO

Apesar de seus dois séculos de existência – o povoado teve início nos fins do século XVIII, com a construção de uma pousada-fazenda, destinada ao abastecimento de viajantes que por ali passavam rumo a Goiás – Patrocínio possui, hoje, pouquíssimos marcos que possam identificar a sua origem de cidade histórica.

Na iminência de perder talvez o último sobrevivente que ainda resiste a uma crescente renovação urbana, faz-se necessário um trabalho de conscientização dos habitantes, no sentido de fazê-los conhecer um pouco da história de sua própria terra. É este o espírito que norteia o projeto desenvolvido pelo arquiteto Gaspar Souza Lima, natural de Patrocínio, onde pode acompanhar todo o processo de dilapidação do patrimônio arquitetônico da cidade. "Em Patrocínio não sobrou praticamente nada do maravilhoso casario antigo, das igrejas, dos becos e largos primitivos", diz o arquiteto.

O projeto de restauração proposto por Gaspar visa transformar um sobrado edificado no século XIX em Museu Municipal, de acordo com a sua doação à Casa da Cultura de Patrocínio feita pela Prefeitura. O prédio, desde 1895, abrigou a administração do Município e hoje encontra-se suportando um encargo que não condiz com seu porte. "Ao se instalar nele uma agência do INPS, praticamente definiu-se sua ruína, pois, apesar de recentemente ter passado por uma reforma, o imóvel não mais possui estrutura para suportar tal atividade, sendo necessário uma obra restauradora bem planejada e um uso mais condizente com seu valor".

As mudanças da edificação, através dos anos, ao nível de fachadas, não se constituíram em danos irreparáveis, sendo passíveis de reconstituição, mediante o expressivo acervo iconográfico existente. Internamente, no entanto, principalmente no térreo, elas são de tal monta que tornou-se difícil uma afirmação correta acerca da disposição original. Baseado neste fato, o projeto emergiu apoiado em dois pontos – tratar todo o sobrado como obra a ser exposta e não somente para abrigar as peças do acervo e estabilizar a construção, procurando intervir no mínimo, ressaltando os elementos originais e a idade do monumento, ao mesmo tempo adequando-o para o museu.



Projeto de adaptação da estação ferroviária em Montenegro

Arquivo SPHAN

Julho/Agosto 1981

SPHAN 13
próMemória

ARQUEOLOGIA

No Guaporé, a mais rica jazida do Centro-Oeste

Com o objetivo de ter em mãos uma documentação para garantir a proteção legal do patrimônio cultural representado pela jazida arqueológica situada em terras da reserva indígena dos "Wassussu" no Vale do Guaporé (MT), a SPHAN/Pró-Memória, através da 8ª Diretoria Regional, está procedendo ao reconhecimento da área, considerada a mais rica do Centro-Oeste em vestígios pré-históricos.

Os trabalhos de prospecção estão sendo realizados pela equipe da arqueóloga Niede Guidon, consultora da UNESCO e diretora da missão arqueológica franco-brasileira, há 10 anos em desenvolvimento no Estado do Piauí.

Com base nas prospecções, será elaborado um relatório contendo parecer sobre a importância da jazida dentro da arqueologia brasileira, possibilidade de escavações, além de mapeamento e documentação fotográfica e cinematográfica. Todos estes elementos serão importantes para os posteriores estudos científicos do acervo, assim como servirão de material de referência para que a SPHAN/Pró-Memória possa se interpor às ações que forem julgadas lesivas, abusivas ou inadequadas à proteção da área.









Fotos: Arquivo SPHAN

Arqueólogos definem projeto para região da Barragem de Itaparica

Registrar e documentar os vestígios e resquícios da presença do homem, desde a Pré-História, na região que será inundada pelo lago a ser formado com a construção da Barragem de Itaparica, no rio São Francisco. Este é o principal objetivo do Projeto Arqueológico Itaparica do São Francisco, elaborado pela Associação de Arqueologia e Pré-História da Bahia-AAPH(BA), que tem pronta, também, uma proposta de cadastramento de bens culturais imóveis localizados na área que ficará submersa. Os serviços de arqueologia e arquitetura serão executados através de convênio a ser assinado entre a AAPH (BA) e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco-CHESF, sob a supervisão direta da 4ª Diretoria Regional da SPHAN/Pró-Memória e com a participação da Universidade Federal de Pernambuco.

De acordo com a justificativa do projeto, os trabalhos terão fundamental importância como subsídios a quaisquer estudos que venham a ser desenvolvidos em função da região a ser inundada pelas águas do reservatório de Itaparica.

Afirmam, ainda, os idealizadores do projeto que o inventário dos imóveis mais significativos, quer do ponto de vista artístico ou histórico, terá por finalidade registrar não somente o valor dos monumentos, mas também relacioná-los com o desenvolvimento social e político da região, que abrange Municípios de Abaré, Chorrochó, Rodelas e Glória, na Bahia, e Belém do São Francisco, Itacuruba, Floresta e Petrolândia, em Pernambuco. Estas áreas foram núcleos de desenvolvimento agropecuário e "deixaram as marcas desta evolução na arquitetura local, de caráter civil ou religioso, rural ou citadino, os quais são guardiães da história formada por seus moradores e ancestrais".

PRIORIDADE

Com a sua execução já aprovada pela SPHAN/Pró-Memória, o Projeto Arqueológico Itaparica do São Francisco, segundo a AAPH (BA), pretende dar continuidade às pesquisas arqueológicas na região do rio São Francisco levadas a efeito pelo Projeto Sobradinho de Salvamento Arqueológico, a partir de 1976, sob a supervisão do antigo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN.

Conforme seus autores, o projeto é prioritário, tendo em vista a necessidade de se complementar o trabalho iniciado, "com a firme decisão de se encontrar os primitivos assentamentos humanos no vale do grande rio, dentro das terras nordestinas".

O projeto propõe-se a reconstituir as culturas dos povos aborígenes que transitaram na área a ser inundada pela Barragem de Itaparica e suas ligações migratórias com outras regiões do atual território brasileiro. "A área que compreende a futura Barragem de Itaparica (...) torna-se a mais importante, exatamente em virtude das pesquisas anteriormente ali realizadas terem trazido a lume as maiores explicações sobre a Pré-História do Nordeste brasileiro: nesta região a desaparecer sob as águas, encontra-se a famosa Gruta do Padre, localizada a 2,5 km de distância da sede municipal de Petrolândia (Pernambuco), de suma importância para a arqueologia nacional". Os machados encontrados durante as escavações datam de 7.530 anos antes de 1950. A própria Cachoeira de Itaparica deu nome à tradição lítica mais antiga encontrada no Norte e Nordeste do país".

Serão realizadas várias etapas de trabalhos de prospecção, escavação e coleta de material arqueológico, divididas em 4 partes. Em cada etapa será explorada uma faixa de terra ribeirinha ao São Francisco, penetrando-se caatinga adentro, em busca de serras que, porventura, possuam vestígios da ocupação humana. Também as ilhas existentes no curso do rio deverão ser integralmente pesquisadas. Os trabalhos de campo serão intercalados com serviços de laboratório, para maior facilidade de execução do projeto.

VERACIDADE

Para a AAPH (BA), não há dúvidas de que a região onde será realizado o seu projeto foi habitada por diversos grupamentos tribais, que existiram paralelamente e mais grupos que sofreram processos de sucessões naturais durante as épocas pré e proto-históricas e na fase dos contatos interétnicos. Todo o planejamento dos trabalhos de campo e de laboratório foi fundamentado neste fato, cuja veracidade, segundo a Associação, é comprovada pelas datações dos materiais arqueológicos coletados na Gruta do Padre, confirmadas pelo Smithsonian Institution (EUA), através dos testes do Carbono 14.

PESQUISAS

As áreas de Itacuruba, Belém do São Francisco e principalmente da Cachoeira de Itaparica já foram objeto de pesquisas arqueológicas em 1920 e, mais recentemente, em 1967. Segundo a AAPH (BA), os resultados foram altamente satisfatórios. Os trabalhos realizados em 1920 na região foram coordenados pelo professor Carlos Estevão, da Universidade do Recife, enquanto os executados em 1967 estiveram sob a responsabilidade do falecido arqueólogo Valentin Calderón de La Vara, da Universidade Federal da Bahia, e integraram o Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas.

Baseada nas pesquisas anteriores, a AAPH (BA) afirma que "a totalidade da região ribeirinha, ao longo do rio São Francisco, prestou-se para a ocupação pré e proto-histórica, motivada pela sua fertilidade em época remota. Nela, os primitivos povos localizaram as suas habitações e desenvolveram todas as culturas atualmente encobertas pelo tempo ou sobrevivendo com o peso da aculturação que se fez presente (...)".

No entender da Associação, é urgente a execução de pesquisas para a preservação dos vestígios, "em perigo de desaparecimento".

Julho/Agosto 1981

SPHAN 13
*pró*Memória

MISSÕES

Projeto de Consolidação das ruínas de São Miguel entra na fase final



Arquivo SPHAN

Dentro de um mês estarão definidos os processos técnicos que serão utilizados para garantir a estabilização e consolidação das ruínas de São Miguel das Missões, a mais importante das sete reduções fundadas pelos jesuítas, no território do atual Estado do Rio Grande do Sul, a partir do século XVII. A primeira etapa dos trabalhos, que teve início no final do ano passado, já está concluída. Os laudos dos exames e análises – que permitirão um diagnóstico e conseqüente ação no sentido da estabilização e consolidação das ruínas – foram enviados à apreciação do consultor técnico da UNESCO e professor de Restauração da Escola de Nápoles, Roberto Di Stefano, que, por solicitação da SPHAN/Pró-Memória, traçou – e acompanha – o roteiro das ações desenvolvidas em São Miguel das Missões. No ano passado, Roberto Di Stefano esteve por duas vezes em visita ao local, quando examinou, com técnicos da SPHAN/Pró-Memória, as condições das ruínas e as documentações gráfica e escrita sobre o monumento. Na ocasião, o consultor técnico da UNESCO recomendou uma série de exames e análises, agora concluídos, que servirão de base ao projeto de proteção das ruínas.

De acordo com os técnicos da SPHAN/Pró-Memória que conduzem os trabalhos, procedeu-se em São Miguel a estudos como nunca fora feito antes, envolvendo levantamento gráfico, fotográfico e fotogramétrico do conjunto; análise petrográfica dos materiais de suas paredes, bem como de sua resistência; prospecção nas fundações; sondagens do terreno e exame da situação das partes já consolidadas. Agora, os técnicos farão uma reunião final, quando serão definidos os "remédios" adequados à estabilização e consolidação das ruínas. O problema de solução mais difícil está na deformação das rochas que compõem o monumento; recentemente dois geólogos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul estiveram no local para identificar os mecanismos de alterações das rochas provocados pelas intempéries. Esses exames servirão de orientação à solução do problema, que, segundo os técnicos, não atrasará a execução do projeto de proteção às ruínas como um todo.

PRIMEIRA ETAPA

Atendendo ao roteiro estabelecido pelo professor Roberto Di Stefano, foram concluídos, na primeira etapa, os seguintes trabalhos: análise histórica, visando a identificar as ações desagregadoras sofridas pelo monumento – tanto por parte do homem quanto por parte da natureza – bem como as intervenções corretivas àquelas, ao longo dos anos; levantamento gráfico, com o objetivo de conhecer características construtivas, quer quanto à tipologia, quer quanto à qualidade dos materiais constitutivos. Foram anota-

das todas as deformações, bem como suas causas mais prováveis: vegetação, intemperismo, etc.; levantamento fotográfico, onde aparecem registradas as lesões, deformações, alterações de rocha, capaz de subsidiar o processo de estabilização do monumento; levantamento fotogramétrico das partes mais nobres do monumento – frontaria e torre – visando a registrar o estado atual e facilitar os controles de deformação, e as intervenções posteriores, bem como previnir, com documentação farta e precisa, contra qualquer risco de acidente; ensaios de laboratório, para determinar o comportamento da pedra diante dos agentes de intemperismo e avaliar sua resistência mecânica; análise dos caracteres construtivos, necessários ao conhecimento dos sistemas de construção do monumento; sondagens de terreno, para permitir o conhecimento das características geotécnicas e de resistência mecânica do terreno; e exame estático do sólido da frontaria, com a finalidade de determinar sua condição atual de estabilidade, assim como identificar eventuais riscos de desabamento.

Um dos problemas enfrentados pelos técnicos localiza-se na frontaria da igreja, onde se verifica uma visível inclinação, explicada como proposital: caso a construção tivesse sido feita na vertical, daria a impressão, por uma ilusão de ótica, de que a fachada estaria caindo para trás. Por isso, foi deixada uma pequena inclinação para frente, a fim de que a frontaria ficasse no prumo. No entanto, com o passar do tempo, a inclinação acentuou-se, exigindo uma intervenção capaz de evitar um desabamento.

Além da deformação na frontaria, a igreja apresenta generalizados defeitos estáticos e, em destaque, os localizados na torre e nas arcadas que ladeiam a nave. Verificou-se, ainda, que a torre da igreja apresenta problemas. Em 1938, a torre teve uma de suas metades desmontada e montada na posição correta. É exatamente a outra metade que agora se encontra em situação grave, pois se inclina para dentro do templo. As condições gerais do monumento denotam processo continuado de degradação, verificado pela ruptura e quedas de pedras, danos decorrentes do crescimento da vegetação – agora sanados com a limpeza do local –, mutilação pelos visitantes, etc.

Sete Povos das Missões: patrimônio cultural do país

Tão importantes quanto às ruínas do Coliseu, da Acrópole e outras, as ruínas missioneiras encontradas no atual Estado do Rio Grande do Sul constituem-se em valioso patrimônio histórico-cultural do país. São a marca da saga dos padres jesuítas em sua missão de catequese dos ameríndios.

A igreja de São Miguel é a principal das várias construções de vulto empreendidas pelos jesuítas entre 1735 e 1750, durante o período de apogeu de suas reduções – povoamentos por eles fundados, que abrigavam as populações locais – os guaranis – sob regras próprias de administração, justiça e relacionamento com os povos vizinhos. Sete reduções foram criadas no Brasil no final do século XVII e início do século XVIII – os chamados Sete Povos das Missões: São Miguel, o maior deles; São Nicolau; Santo Ângelo; São Lourenço; São João Batista; São Luiz Gonzaga e São Francisco de Borja.

Foram os jesuítas os primeiros desbravadores da área em que hoje se localiza o Município de Santo Ângelo, redução fundada em 12 de agosto de 1707 pelo padre Diogo Hase. Naquela época, a região estava compreendida nos domínios espanhóis da margem esquerda do rio Uruguai.





Fotos: Arquivo SPHAN

Estas são algumas das imagens de santos esculpidas por índios e jesuítas e depositadas no museu construído em 1938 – Projeto de Lúcio Costa –, com material das ruínas de São Miguel, e que lá se encontra até hoje, como testemunho dos Sete Povos das Missões e sua obra.

Julho/Agosto 1981

SPHAN 13
*pró*Memória





Coube ao padre Roque Gonzalez, mais tarde morto pelos nativos, transpor o rio Uruguai, em 1626, e iniciar o estabelecimento das reduções para a catequese dos indígenas. Após a sua morte, em 15 de novembro de 1628, outros jesuítas continuaram a obra, chegando a fundar, até 1634, 18 reduções, arrasadas pelos bandeirantes entre 1636 e 1638.

Tempos depois, os mesmos religiosos fundaram os Sete Povos das Missões, dirigidos e governados pelos jesuítas até 1769. Em 1687, foi estabelecida a redução de São Nicolau, cuja origem remonta a 1626, com a chegada do padre Roque Gonzalez, que no dia 3 de maio daquele ano rezou a primeira missa em terras do Rio Grande do Sul; São Francisco de Borja foi fundada em 1682, e, no ano seguinte, surgia o Povo de São Lourenço; em 1687, os jesuítas fundaram São Luís Gonzaga; em 1696, São João Batista e, finalmente, Santo Ângelo, em 1707.

A Missão de São Miguel teve sua origem num aldeamento fundado em 1632 pelo jesuíta Christóvam de Mendonza, sob a orientação do padre Paulo Benevides. Situava-se num lugar chamado Itaiacecó, à margem direita do rio Ibicuy, num rincão da serra de São Pedro. Receosos das invasões dos caçadores de índios, que por aqueles tempos (princípios de 1637) ameaçavam as reduções do Uruguai, os jesuítas se transportaram para além do rio. São Miguel emigrou como as outras missões, localizando-se nas proximidades de Concepción. Ali cresceu extraordinariamente, mas, faltando-lhe terras para sua expansão, transladou-se em 1687 para a situação definitiva, à margem esquerda do rio Uruguai, localizando-se ao Norte do rio Piratini.

A exemplo das demais reduções, São Miguel desenvolveu-se dentro de uma estrutura social voltada para a divisão do trabalho e da produção. Um dos mais sólidos fundamentos da paz e da união que reinavam entre os índios era a privação completa em que estavam de espécies de ouro e prata, assim como nenhuma outra espécie de moeda. Eles distribuíam a provisão de cereais para o mês imediatamente às famílias, entregando a cada uma maior ou menor quantidade, segundo o número de pessoas. Outra característi-



Fotos: Arquivo SPHAN



ca das reduções: o comércio era exercido em benefício da comunidade e não para lucro de particulares. Toda a produção era orientada para a satisfação e necessidades de todos. O comércio privado não existia, os bens eram comuns e não havia processos de divisão. O regime de propriedade baseava-se na comunidade integral. Toda a terra, as casas, o gado, assim como os meios de produção, pertenciam à comunidade constituída pela redução. Clóvis Lugon, em seu livro "*A república comunista cristã dos guaranis,* escreveu: "A república guarani teve o privilégio de construir sobre um terreno virgem. A vida econômica e social aí se enriquecera e diferenciara progressivamente, num ritmo surpreendente, sem que o princípio de comunidade se alterasse. A fé cristã alimentava o espírito de amizade, de unidade e de igualdade no corpo social, reduzindo ao mínimo o sentimento de coerção".

AUGE, DECADÊNCIA E DESAPARECIMENTO

A Bula de Alexandre VI, assinada a 4 de maio de 1543, declarava que o principal objetivo a ser desenvolvido no Novo Mundo seria a conversão dos indígenas. Foram os soberanos espanhóis e portugueses incumbidos pelo Papa de levar a fé aos "povos bárbaros" que habitavam as terras conquistadas. Assim, a partir de 1549, os jesuítas começaram a chegar ao Novo Mundo. Por sua severa disciplina, esses padres eram perfeitos para a difícil missão de catequese num mundo, por assim dizer, desconhecido. Os jesuítas, a princípio, empreenderam várias expedições para catequizar os índios em seu próprio meio. As primeiras missões, acompanhando os indígenas nômades, alcançaram resultados insignificantes — a pregação espiritual, sem demonstração das vantagens oferecidas pela civilização cristã, não bastava para convencê-los.

Decidiu-se, então, por uma conversão estável, com a criação dos sistemas de reduções, isto é, aldeamentos em que os indígenas eram conduzidos à fé cristã. Além dos argumentos espirituais, eram proporcionadas as vantagens materiais de uma civilização: alimentação, abrigo, vestuário e defesa contra os ataques dos colonizadores portugueses e espanhóis, agora cada vez mais constantes, pois os índios civilizados apresentavam-se como presas fáceis. A partir de 1639, por autorização real, foi permitido às populações das missões o uso de armas de fogo.

Neste período, as reduções iniciaram sua fase áurea, estendendo-se desde o Sul da atual República do Paraguai até a uma distância de 100 milhas de Buenos Aires, englobando os Sete Povos das Missões.

Na vida arcádica que levavam, longe estavam os jesuítas e seus protegidos de saber que nas chancelarias de Espanha e Portugal um tratado de limites estava sendo concluído e que viria a ferir profundamente a bela realização das Missões e marcar o início de seu desenraizamento e morte. O Tratado de Madrid fora planejado por Alexandre de Gusmão, Ministro de D. João V, e passava a Colônia de Sacramento à Coroa Espanhola em troca da área do atual Estado do Rio Grande do Sul, onde se encontravam os Sete Povos das Missões. A região era rica em metais nobres, daí o interesse português.

Aceitos por ambas as potências os termos do tratado, os Governos interessados partiram para a demarcação das fronteiras admitidas no acordo. Para tanto, era necessária a remoção das populações indígenas para a outra banda do rio Uruguai. Os índios não aceitaram deixar suas terras e agitaram-se, revoltados contra portugueses, espanhóis e os próprios jesuítas que insistiram em sua remoção. Os guaranis estavam dispostos a lutar contra todos que tentassem tirar-lhes a terra.

Após prolongadas lutas, foram derrotados no dia 7 de fevereiro de 1796, quando morre o bravo e famoso Sepé Tiaraju, líder da resistência indígena, que teve como centro São Miguel.

A 12 de fevereiro de 1761, foi tornado sem efeito o Tratado de Madrid, e, com o Tratado de Idelfonso, Portugal e Espanha modificaram os limites fixados anteriormente, voltando os Sete Povos das Missões ao domínio espanhol. Nessa época, houve um surto de vida nas reduções, porém, com o início da expulsão dos jesuítas da América Espanhola, em 1768, as Missões partiram para a irreversível decadência. De fato, bem diferentes começaram a ser as condições de vida dos índios sob o domínio da administração colonial espanhola — abandonados os princípios cristãos seguidos pelos jesuítas, os índios viram-se despojados e maltratados. Como reação natural, passaram a desertar em bandos, vindo a trabalhar para as estâncias dos portugueses e brasileiros, que, em 1801, atacaram as Missões e derrotaram o exército de ocupação espanhol, conquistando definitivamente os territórios da margem esquerda do rio Uruguai para o patrimônio português.

Os povos missioneiros, após tantas lutas e dificuldades, foram se desintegrando até o seu completo desaparecimento.

ARQUITETURA

Com pequenas diferenças de construção, as Missões obedeciam ao plano geral estabelecido na "Leys Indias — de la publación de las ciudades, villas e pueblos". O traçado desenvolvia-se em torno de uma praça quadrangular, medindo aproximadamente 130 metros de lado. A igreja, toda de pedra e precedida de pórtico, volta-se para o Norte, a um lado da praça. A contrução do colégio ficava situada ao lado direito da igreja. À esquerda, o cemitério, que se comunicava com a igreja através de uma porta lateral, fazendo também frente à praça. Os outros três lados da praça eram cercados pelas casas dos índios, dispostas em anfiteatro e separadas por nove ruas que partiam da praça.

À esquerda do cemitério ficava o prédio do hospital, com pátio interno, cercado por varandas internas e externas. O edifício do cabildo situava-se em um dos blocos localizados ao lado oposto à igreja, junto à praça. Nos fundos da igreja, desde o colégio até o cemitério, ficava a quinta dos padres, murada de pedra e barro, com jardim, pomar e horta. Todas as construções eram circundadas por avarandados, que permitiam a circulação coberta em toda a cidade.

Das primeiras reduções, muito pouco resta, além de seu nome e indícios de sua localização. São Miguel, São Lourenço e São Nicolau são, pela ordem, os sítios onde as ruínas permitem estudos esclarecedores de como era a arquitetura das Missões.

DRs. DA SPHAN/ PRÓ-MEMÓRIA PASSAM A REPRESENTAR A SECRETARIA DA CULTURA

O Secretário da Cultura do MEC, Aloísio Magalhães, no uso de suas atribuições, assinou Portaria estabelecendo as sedes das Diretorias Regionais do órgão criado em abril último, por transformação das Secretarias do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e de Assuntos Culturais (SPHAN nº 11, pág. 1). A medida foi tomada visando a implantação da nova estrutura regimental da Secretaria da Cultura, aprovada em junho passado.

São as seguintes as Diretorias Regionais da Secretaria da Cultura com a respectiva jurisdição: 1ª DR, com sede na cidade de Belém, compreendendo os Estados do Amazonas, Acre e Pará, e os Territórios de Rondônia, Roraima. e Amapá; 2ª DR, com sede na cidade de São Luís, compreendendo os Estados do Maranhão e Piauí; 3ª DR, com sede na cidade de Fortaleza, compreendendo os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte; 4ª DR, com sede na cidade de Recife, compreendendo os Estados da Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e o Território de Fernando de Noronha; 5ª DR, com sede na cidade de Salvador, compreendendo os Estados de Sergipe e Bahia; 6ª DR, com sede na cidade do Rio de Janeiro, compreendendo os Estados do Espírito Santo e Rio de Janeiro; 7ª DR, com sede na cidade de Belo Horizonte, compreendendo o Estado de Minas Gerais; 8ª DR, com sede na cidade de Brasília, compreendendo os Estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, e o Distrito Federal; 9ª DR, com sede na cidade de São Paulo, compreendendo os Estados de São Paulo e Paraná e 10ª DR, com sede na cidade de Porto Alegre, compreendendo os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Estas são as mesmas unidades que representam a SPHAN/Pró-Memória nos Estados, que agora passa a contar com mais uma Diretoria Regional formada pelo Ceará, que pertencia à jurisdição da 2ª DR, e Rio Grande do Norte, que estava na área de competência da 3ª, agora 4ª DR.

OURO PRETO VAI SEDIAR CONGRESSO SOBRE O BARROCO NO BRASIL

Numa promoção conjunta do Comitê Brasileiro de História da Arte, filiado ao Comitê International d'Histoire de l'Art-CIHA, da revista Barroco, editada pela UFMG, do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais-IEPHA/MG e da SPHAN/Pró-Memória, será realizado em Ouro Preto, de 3 a 7 de setembro, o Congresso do Barroco no Brasil.

O temário vai abranger as seguintes secções: o barroco luso-brasileiro e suas correlações com outras manifestações do estilo na Europa, Ásia e América Latina, com análises teóricas, fontes, influências e modelos, além de iconografia, condicionantes culturais, históricos, sociais e econômicos do barroco no Brasil; barroco das regiões Norte, Nordeste e Sudeste; barroco mineiro; barroco nas regiões Sul e Centro-Oeste. As três últimas secções compreenderão os seguintes itens: arquitetura e escultura monumental, talha, pintura, imaginária, mobiliário, ourivesaria e outras artes decorativas.

Entre os convidados especiais do exterior estão os especialistas Bazin e Damian Bayon, da França; Erwin Palm, da Alemanha; Francisco Stastny, do Peru; Graziano Gasparini, da Venezuela; Héctor Schenone, da Argentina; Ignace Vandevivere, da Bégica; Jorge Alberto Manrique, do México; Maurice Pianzola, da Suíça; Flávio Gonçalves, José Augusto França, Ricardo Averini, Salete Tavares e Victor Serrão, de Portugal. Maiores informações podem ser obtidas na Superintendência de Museus e Outros Acervos do IEPHA/MG - Av. João Pinheiro, 342 - 30.000 Belo Horizonte, MG.

SPHAN QUER ÁREA CENTRAL DO RIO PROTEGIDA POR LEI MUNICIPAL

A SPHAN/Pró-Memória, através da 6ª Diretoria Regional, vai sugerir à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro a preservação de uma área no centro da cidade, junto ao Morro da Conceição, que abriga cerca de 3 mil imóveis, alguns do século XVIII. A área, que tem por limites as ruas Marechal Floriano, Sacadura Cabral e Senador Pompeu, já tem o seu levantamento preliminar pronto e, dependendo da Prefeitura, poderá ser preservada por lei, a exemplo do que ocorre com o Corredor Cultural.

A SPHAN/Pró-Memória não pretende tombar imóveis, mas motivar seus moradores a preservá-los, evitando alteração das fachadas ou a utilização de terrenos para estacionamento. Na área há sete prédios tombados – duas igrejas, dois palácios, um forte, a Caixa de Amortização e um conjunto arquitetônico, o Jardim Valongo, construído em 1906, pelo Prefeito Pereira Passos. O levantamento da área do Morro da Conceição não visa a transformar o local em outro Corredor Cultural, mas numa área de interesse cultural – a intenção é preservar os entornos dos monumentos já tombados, no que diz respeito ao volume arquitetônico.

Os prédios tombados na área são: o Conjunto Arquitetônico do Valongo, o Palácio do Itamarati, a Fortaleza da Conceição, o Palácio do Bispo, a Caixa de Amortização e as Igrejas de São Francisco da Prainha e de Santa Rita.

O local está regido por um Projeto de Alinhamento de 1949, que não o protege. Por isso, surgiu a idéia de sugerir à Prefeitura uma legislação específica, não só de limitação de gabarito, mas também de afastamentos e volume arquitetônico. A falta dessa legislação permitiu que nos últimos anos várias casas do século XIX fossem demolidas, para dar lugar a estacionamentos de automóveis.

A parte mais conservada de toda a área fica em ruas ocupadas por portugueses e italianos que, em sua maioria, são donos dos imóveis. Os proprietários de muitas casas são entidades, como a Santa Casa de Misericórdia e a Ordem Terceira da Penitência, cujos inquilinos não têm a preocupação e, principalmente, os recursos para preservá-las adequadamente. A legislação a ser proposta deverá fortalecer a região como área habitacional e evitar o seu desaparecimento, através de demolições, como ocorreu com a Cidade Nova.

Lampiões, sacadas, azulejos coloridos, grades de ferro fundido, telhas francesas, florões de louça, pedras de granito e muita madeira talhada são

detalhes do que restou dos períodos colonial, neoclássico e romântico na arquitetura carioca, e que podem ser vistos na área em volta do Morro da Conceição, cujo acesso é feito por ladeiras íngremes e estreitas, onde o paralelepípedo não deu vez ao asfalto.

FUNDAÇÃO PRÓ-MEMÓRIA ASSINA NOVOS CONVÊNIOS

A Fundação Nacional Pró-Memória e a FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco assinaram dois convênios, em agosto passado, visando à alocação de recursos financeiros, no valor total de Cr$ 2.097.580,00, para o projeto de conservação da Igreja de Santo Amaro das Salinas, em Recife (Cr$. . . . . 914.386,00), e a realização de uma pesquisa histórica e arqueológica no Alto da Sé, em Olinda. O primeiro tem prazo de vigência de 10 anos e o segundo, de 300 dias. Firmaram os convênios Aloísio Magalhães, pela Pró-Memória, e Ulysses Pernambuco de Melo Neto, pela FUNDARPE.

Em julho, os dois órgãos assinaram quatro termos aditivos a convênios celebrados em 1979 entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e a própria FUNDARPE. Três prorrogam até 31 de março de 1982 os convênios referentes às obras de restauração e preservação do Conjunto do Alto da Ribeira, em Olinda, às da Casa de Câmara e Cadeia e agenciamento da Praça dos Santos Cosme e Damião, em Igarassu, e às obras executadas na Igreja da Ordem Terceira do Conjunto Carmelita, em Goiana. O quarto aditivo estende até 31 de dezembro deste ano as obras de restauração e preservação do conjunto das Igrejas de Santo Antônio, Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos e Casa nº 97 da Rua Desembargador Carlos Vaz, em Tracunhaém.

PIAUÍ

Convênio no valor de Cr$ . . . . . 2.730.000,00 foi assinado, em agosto último, entre a Fundação Nacional Pró-Memória e a Fundação Cultural do Piauí. Os recursos destinam-se ao projeto de complementação das obras de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Vitória, em Oeiras. O convênio tem prazo de vigência de 10 anos e conta com a interveniência da Secretaria da Cultura do MEC. Assinaram Aloísio Magalhães, pela Pró-Memória, e Wilson de Andrade Brandão, pela Fundação Cultural do Piauí.

ALAGOAS

Também em agosto, três convênios foram assinados entre a Secretaria de Planejamento da Presidência da República e o Serviço de Engenharia do Estado de Alagoas SA-SERVEAL, ratificando compromissos celebrados em anos anteriores. Todos os convênios têm prazo de vigência de 10 anos e dizem respeito ao projeto de restauração da Igreja de Nossa Senhora da Apresentação, em Porto Calvo, do Paço Imperial e da Casa do Barão, em Penedo.

EM FASE DE CONCLUSÃO, OBRAS DE RESTAURAÇÃO DE IGREJAS SERGIPANAS

Encontram-se em fase de conclusão as obras de restauração das Igrejas da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo e de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, em Sergipe – a primeira fica situada em São Cristóvão e a segunda na cidade de Nossa Senhora do Socorro. Os trabalhos estão sendo executados pela SPHAN/Pró-Memória, através da 5ª Diretoria Regional. A manutenção e conservação dos imóveis ficarão sob a responsabilidade da Arquidiocese de Aracaju.

As igrejas são monumentos do século XVIII tombados pela SPHAN e compõem o acervo histórico-cultural do Estado de Sergipe. A Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo destaca-se pela beleza dos retábulos da capela, enquanto a Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pelos excepcionais trabalhos de escultura e talhas de seu interior.

As obras em benefício da Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo referem-se à restauração total do telhado da área do corredor lateral à esquerda da nave, dos assoalhos do coro, sala lateral à esquerda da capela mór e do corredor lateral à esquerda da nave. Está sendo executado um novo forro sob o coro e a imunização da obra de telhado dos altares da nave, além de levantamento cadastral completo do monumento. Os serviços executados na Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro correspondem a obras de complementação e de revisão a outras que vinham sendo realizadas pela comunidade e que foram embargadas pela SPHAN/Pró-Memória, por estarem fora das características gerais do monumento. Dessa forma, está sendo retirada a pintura indevida em tinta a óleo aplicada nas portarias de cantaria da fachada principal, com a limpeza geral da pedra. As fachadas e esquadrias estão sendo restauradas e recebendo nova pintura; os telhados do corredor lateral à direita da nave e da sala lateral à esquerda da capela mór foram totalmente recuperados, além da construção de nova pavimentação nas áreas da nave, capela mór e presbitério.

MISSÕES: TEMA DE CURSO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

O Centro de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade Federal de Alagoas fará realizar de 5 a 9 de outubro, no auditório da Reitoria, o curso "O Socialismo Missioneiro no Sul do Brasil", a ser ministrado pelo historiador Décio Freitas. As inscrições estão abertas e podem ser feitas na Coordenadoria de Extensão Cultural da Universidade.

O curso será dividido em cinco temas: Gênese das Missões Guaranis, Formação Social Missioneira, Urbanismo e Arquitetura, Conflito entre a formação social missioneira e os colonialismos ibéricos, e, por fim, uma discussão crítica em torno dos tópicos apresentados.

As missões ou reduções foram fundadas pelos jesuítas e abrigavam as populações locais - os guaranis - sob regras próprias de administração, justiça e relacionamento com os povos vizinhos. Sete reduções foram criadas no Brasil no final do século XVII e início do século XVIII - os chamados Sete Povos das Missões, dirigidos e governados pelos jesuítas até 1769: São Miguel, o maior deles; São Nicolau; São Francisco de Borja; São Lourenço; São Luís Gonzaga; São João Batista e Santo Ângelo, todos no atual Estado do Rio Grande do Sul.

LIVROS E TESES

RIBEIRO, Pedro Augusto Mentz - A Cerâmica Tupiguarani no Vale do Rio Pardo e a Redução de Jesus Maria. Tese de Mestrado apresentada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), em abril de 1981.

Com as pesquisas feitas pelo autor, no vale do Rio Pardo, oitenta e duas amostras foram conseguidas, que lhe permitiram estabelecer, com segurança, quatro fases arqueológicas: duas da tradição ceramista Tupiguarani (Botucaraí, da subtradição Corrugada e Trombudo, transicional entre as subtradições Corrugada e Escovada), uma transicional entre a Tupiguarani e a Neobrasileira (Reduções) e uma da tradição Neobrasileira (Pardo). Também foi encontrada uma cerâmica da tradição Taquara (Erveiras), uma aculturada entre esta última e a Tupiguarani (Batista Simples), além de duas com um antiplástico mais grosso que as demais (Jesus Maria Simples e Moitoso Corrugada-Ungulada).

Na fase Botucaraí, inicialmente, é o corrugado o tipo de decoração mais popular e, aproximadamente, do meio para o final da seriação, é o corrugado-ungulado. Este último tipo é o mais popular nas fases Trombudo e Reduções. Os sítios maiores e mais antigos desta fase estão na várzea do rio Pardo. O movimento migratório da fase Botucaraí foi do médio para o baixo rio, daí para o Pardinho até a altura da atual cidade de Santa Cruz do Sul, retornou e, finalmente, subiu o rio Pardo até próximo às suas nascentes, já no planalto. O movimento da Trombudo foi apenas no médio Pardinho, com um sítio no baixo rio (mesopotâmia); teriam, no final, subido o rio. A fase Reduções pertence aos índios aldeados em Jesus Maria ou sob um processo de aculturação pelos padres jesuítas. Os índios trazidos pelos portugueses, dos 7 Povos das Missões, em meados do século XVIII, seriam os responsáveis pela cerâmica da fase Pardo.

Nas fases Trombudo e Reduções, mais recentes do que a Botucaraí, houve um aumento de tipos de decoração, entre eles o escovado, tecnica mais fácil de ser aplicada, e que atribuímos provavelmente à influência do elemento europeu. A cerâmica das fases Botucaraí, Reduções e Pardo é mais arenosa e a da Trombudo é mais argilosa. Entre o material lítico destacamos lâminas de machado polidas, as bolas de boleadeira e os afiadores-em-canaleta.

A redução de Jesus Maria foi fundada pelo jesuíta espanhol Pedro Mola, em 1633 e destruída pelo bandeirante paulista Antônio Rapôso Tavares, em 1636. Está próxima à cidade de Candelária, às margens do rio Pardo e do cerro Botucaraí. Formava, com as reduções vizinhas de São Cristóvão e de São Joaquim, as mais avançadas ao leste do Estado do Rio Grande do Sul. Nela foram encontrados quinze itaizás, entre inteiros e fragmentos, lascas utilizadas de calcedônia, polidores, afiadores-em-canaleta, alisadores, matéria corante; no material ósseo foi destacado um adorno em concha marinha univalve.

Na fase Pardo chamou a atenção o forte índice aculturativo da cerâmica, a louça, as moedas, a conta-de-colar e a ponta de grafite.

Outro aspecto muito importante é a elucidação da localização exata da redução de Jesus Maria. Colocada por um historiador no município de Santa Cruz do Sul, constatou-se ser no de Candelária e este, antes da sua emancipação, pertenceu ao município de Rio Pardo.

A arqueologia, trabalhando com dados concretos, vai confirmar ou não os dados históricos. Diz a história que o primeiro ferro fundido no sul do Brasil e nas missões foi na redução de São João Batista pelo Padre Antônio Sepp. Porém, como se pode observar, pelo presente trabalho, a escória de ferro (resíduos de forja) e o tenaz de ferreiro indicam a fundição de ferro em Jesus Maria, mais ou menos 64 anos antes de São João Batista.

NOVA OEIRAS - Direção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes-Monumentos Nacionais - Luanda-Angola. Publicação do governo angolano sobre a "Real Fábrica do Ferro de Nova Oeiras", monumento setecentista que foi o maior empreendimento industrial do seu tempo na África Tropical. Fundada há dois séculos em Angola pela inspiração do Governador D. Inocêncio de Sousa Coutinho, a fábrica foi construída entre 1768 e 1772, junto à confluência dos rios Luínha e Lucala, para a exploração do ferro, nova base que o Governador Coutinho pretendia dar à economia angolana, por meio da qual pudesse dispensar o tráfico de escravos, criando meios de trabalho e de rendimento locais que suprissem o recurso forçado a tal exportação.

A notável obra foi uma antecipação demasiado ambiciosa para a sua época, em que os meios técnicos e científicos e os recursos materiais e humanos eram ainda muito incipientes em Angola, para responderem satisfatoriamente à pretensão do Governador. Com a fábrica, foi edificada também a povoação de Nova Oeiras, que juntamente com a indústria, ficou deserta com a inviabilidade econômica do empreendimento. Atualmente, do grandioso conjunto de construções, em plena selva, só restam ruínas, ocultadas durante longos tempos pela floresta. Somente em 1925 foi reencontrada e classificada como Monumento Nacional a "Real Fábrica do Ferro"; e em 1972, após prolongadas pesquisas, foram descobertos e revelados os remanescentes de Nova Oeiras.

PROMESSA E MILAGRE. Brasília, MEC/SEC/SPHAN/Pró-Memória, 1981. Catálogo que reúne a coleção de 89 ex-votos ou "milagres" pintados inscritos no Livro do Tombo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A publicação foi lançada quando da devolução, em fins de junho último, da coleção ao seu lugar de origem – a Sala dos Milagres da Basílica Menor do Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas (MG) – por iniciativa da SPHAN/Pró-Memória.

Do total referido, 49 ex-votos encontravam-se guardados pela própria Basílica e os outros 40 foram adquiridos, em 1979, pelo Banco do Brasil, das mãos de um colecionador, por interveniência do Centro Nacional de Re-

ferência Cultural, órgão que hoje faz parte da SPHAN/Pró-Memória.

Voto e ex-voto - promessa e milagre - testemunham a reciprocidade de dons trocados entre o humano e o divino, no plano da organização religiosa. Através de ação corporal e/ou oferta material, o indivíduo agradece à entidade sobrenatural, que o acudiu em momento de vicissitude, o benefício recebido. Tal procedimento é verificável entre as mais diversas sociedades no curso da história. É na Sala dos Milagres do Bom Jesus de Matosinhos que os romeiros depõem os ex-votos ou "milagres", desde o século XVIII até os dias de hoje, em cumprimento do voto ou promessa feita ao santo pela obtenção das graças solicitadas.

MÁRIO DE ANDRADE: CARTAS DE TRABALHO, CORRESPONDÊNCIA COM RODRIGO MELLO FRANCO DE ANDRADE, 1936/1945. Brasília, SPHAN/Pró-Memória, 1981.

Publicação contendo a correspondência que Mário de Andrade manteve, de 1936 a 1945, ano de sua morte, com Rodrigo Mello Franco de Andrade. A edição foi organizada a partir de documentação existente no Arquivo Central da SPHAN/Pró-Memória, no Rio de Janeiro, e também no arquivo de sua Diretoria Regional, em São Paulo.

Razão principal destas cartas, que corre paralela à sólida amizade que ligava Mário e Rodrigo, dois intelectuais que maior responsabilidade demonstraram neste país pela dupla função de escritor e de homem público que exerceram: a organização e a estabilização de um serviço destinado a proteger e estimular a manutenção e a divulgação dos bens culturais brasileiros.

A presente publicação reproduz o anteprojeto redigido em 1936 por Mário de Andrade – na época Diretor do Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo – que serviu de base à criação, no ano seguinte, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, de que Rodrigo Mello Franco foi, até 1967, o primeiro Diretor.

CARTAS

PESQUISA

"Aqui em Natal (RN), venho desenvolvendo, em caráter particular, pesquisa sobre a música popular dos começos do século, o que me permitiu o levantamento bibliográfico de quarenta e cinco compositores populares e a coleta de cerca de duzentas e cinqüenta modinhas que, no momento, encontram-se já passadas para pauta musical. O referido trabalho, que intitulei "Antologia da Modinha Norte-Riograndense", objetivou à preservação desse importante bem cultural que se encontrava a beira do esquecimento.

Tratando-se de trabalho estritamente vinculado à preservação da memória nacional, ocorreu-me a idéia de comunicação a V. Sa., a sua realização, indagando-lhe do possível interesse que a Fundação Nacional Pró-Memória possa ter por ele, no sentido de sua divulgação e publicação. Cláudio Augusto Pinto Galvão - Professor-Adjunto de História da Arte do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NR - Informamos ao ilustre professor, que é de importância fundamental que preservemos nossa memória nacional. Por outro lado, pedimos que entre em contato com nossa Regional no Rio de Janeiro, através do Sr. José Laurênio de Melo - Área de Editoração - Rua da Imprensa 16 - 8º andar. CEP. 20.030.

INTERESSE

"Há dias atrás tomei conhecimento do jornal editado por vocês, através de um amigo e gostei muito, ficando arrependida de não conhecê-lo há mais tempo. Parabéns pelos belos exemplares que editam.

Sou estudante do último período de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG) e tenho muito interesse em receber todos os exemplares possíveis já publicados, para colocar em meu arquivo, pois obras como estas merecem ser guardadas - Mari-Ângela Herédia da Costa Rua Olegário Maciel 215/202 - 36.100 Juiz de Fora (MG).

NR - Informamos que o material pedido por você já foi enviado pela ECT, e que de agora em diante seu nome constará na relação de assinantes que recebem nossas publicações periodicamente.

UTILIDADE

"Hemos recebido el nº 10 (enero-febrero de 1981) de la Revista SPHAN/Pró-Memória. Felicitamos a esa Entidad por el cometido cultural que la revista encarna y su gran utilidad para los países de América y que contribuye a fortalecer nuestra americanidad.

Agradecemos el alto grado de atención que nos prodigan y seremos recíprocos con el envío oportuno de nuestras publicaciones cuando se inicien en el presente año.

Reciba usted y sus colaboradores nuestro cordial saludo. - Graciliano Arcila Velez - Director del Museo Histórico da Universidad de Antioquia - Medelin - Colombia.

Cartas para: Fundação Nacional Pró-Memória, Programa de Comunicação, Setor Comercial Norte, Quadra 2, Bloco K – 70.710 – Brasília, DF.
Por motivo de espaço as cartas podem ser publicadas resumidamente.